

PA 003/2025

IL

Nº 01

Ano 2025

Entidade FUNSERVIR

Nº Comprasgov

Plataforma

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA DE COMPRAS



PREFEITURA  
BALNEÁRIO  
CAMBORIÚ

PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Nº:

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001 003/2025

PA 003/2025  
IL 001/2025

Solicitação: 009/2025  
Emissão: 19/03/2025  
Secretaria: FUNSERVIR

Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

PML Serviços Medicos LTDA.  
CNPJ: 30.130.788/0001-11  
R\$ 54.000,00

Contrato: 002/2024

Observação:

Solicitação de Compra/Contratação

LICITAC  
PAG. 0  
001

Número: 9/2025  
Emissão: 14/01/2025  
Situação: Liberada

Órgão Orçam.: 28000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERV. PÚB. DO MUNIC. BC  
Un. Orçam.: 28002 - FUNSERVIR - SAÚDE COMPLEMENTAR  
Centro de custo: 0113 - FUNSERVIR SAÚDE SUPLEMENTAR  
Descrição: Destina-se para SERVIÇOS MÉDICOS (ESTIMATIVO) referente EDITAL DE CREDENCIAMENTO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 (12 meses).  
Credenciado: 35531 - PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - CNPJ 30.130.788.0001-11  
Observação: EDITAL DE CREDENCIAMENTO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

Despesas				
Despesa	Fonte de recurso		Valor indicado (R\$)	Valor bloqueado (R\$)
399 - 8 . 28002 . 10 . 331 . 1912 . 2.166 . 0 . 339000 -	100627 - Recursos Diretos - FUNSERVIR		54.000,00	22.000,00
Itens				
Item	Quantidade	Unidade de	Material/Serviço	Valor unitário (R\$)
1	12,00000	MÊS	15176 - SERVIÇOS MÉDICOS SERVIÇOS MÉDICOS referente EDITAL DE CREDENCIAMENTO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 (12 meses).	4.500,00000
Complemento do Item:				
			Total geral (R\$)	54.000,00

**Ary Euclides de Souza Filho**  
Secretário de Gestão de Pessoas  
Portaria 32.153/2025

**Luciane Martins Cavalheiro Corrêa**  
Diretora Deptº Administrativo-Financeiro  
Portaria 32.172/2025

**Ewerton Eliakin da Silva Rosa**  
Diretor Deptº de Saúde Suplementar  
Portaria 32.172/2025

**Milton Rolim Carneiro Filho**  
Analista Administrativo II - Compras  
Mat. 8181

**LEOCADIO GIACOMELLO**  
Secretário de Compras e Patrimônio  
Portaria nº 32.153/2025

Assinado por 4 pessoas: MILTON ROLIM CARNEIRO FILHO, LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA, EWERTON ELIAKIN DA SILVA ROSA e ARY SOUZA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/0AB3-CDF1-BC04-26C5> e informe o código 0AB3-CDF1-BC04-26C5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e jurídicas da área de saúde, para atendimento aos beneficiários do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - FUNSERVIR, neste ato representado pelo Secretário de Gestão de Pessoas, Sr. Ary Euclides de Souza Filho, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **EDITAL DE CREDENCIAMENTO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024**, respeitando o que dispõe a Lei Municipal nº 4.296/2019, suas alterações, em conformidade à Lei 14.133/2021 e demais leis pertinentes.

1º - HOMOLOGAR o (s) resultado (s) abaixo, referente ao **Edital de Credenciamento – Chamamento Público Nº 001/2024**:

CREDENCIADO (S)
3171 - BEM-ESTAR FISIOTERAPIA LTDA - CNPJ 05.499.406/0001-84
35531 - PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - CNPJ 30.130.788.0001-11

Balneário Camboriú - SC, 14 de janeiro de 2025.

**Ary Euclides de Souza Filho**  
Secretário de Gestão de Pessoas  
Portaria nº 32.153/2025

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### 1. APRESENTAÇÃO

1.1 - O Estudo Técnico Preliminar é um documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação e tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1.2 - Previsão legal: Conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's).

1.2.1 - O ETP encontra-se previsto diretamente na IN 40 de 2020 que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, juntamente com a Instrução Normativa SCM nº 002/2024 que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Municipal.

#### 1.3 - ÁREA REQUISITANTE

##### 1.3.1 - Requisitante

Secretário de Gestão de Pessoas

Diretora Deptº Administrativo-Financeiro

Diretor Deptº de Saúde Suplementar

##### Responsável

Ary Euclides de Souza Filho

Luciane Martins Cavalheiro Corrêa

Ewerton Eliakin da Silva Rosa

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Compreende-se que as necessidades em saúde são sempre prementes e eventuais demoras podem comprometer gravemente a saúde dos usuários, sendo extremamente importante e necessário a oferta de toda a gama de serviços ofertados por hospitais, clínicas, serviços de diagnósticos e terapêuticos, atendimentos médicos e tratamentos seriados através de profissionais (pessoas jurídicas e pessoas físicas).

2.2 - Entende-se, ainda, a necessidade de ampliar os atendimentos, levando os serviços de saúde mais próxima dos beneficiários, com qualidade, economicidade e resolutividade, sendo que, a prestação de serviços em saúde em caráter suplementar e complementar aos beneficiários do FUNSERVIR são essenciais para assegurar o atendimento de forma

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

eficaz, fomentando o fortalecimento dos serviços em saúde já existentes e visando atender a grande demanda reprimida por insuficiência na oferta de serviços em diversas especializações, reduzindo o tempo de espera para a assistência à saúde do beneficiário, considerando-se assim a necessidade de contratar, os serviços médico / laboratoriais / imagem / terapias / hospitalar e demais prestadores de serviço com a disponibilização de profissionais, visando atender os previstos na Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações e complementações, garantindo a assistência necessária à saúde e bem estar dos beneficiários.

2.3 - Dessa forma, se faz necessário o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços de saúde, como forma de melhorar o atendimento de forma mais ampla atendendo às necessidades de todos os usuários.

2.4 – Salienta-se que o referido tema está previsto no PCA – Plano de Contratações Anual do FUNSERVIR, em conformidade a Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 11.209/2023.

### 3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA SOLUÇÃO

3.1 - Visando dar continuidade no atendimento aos beneficiários do FUNSERVIR, apresentam-se os requisitos necessários para o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas interessadas na prestação de serviços de saúde nas áreas de assistência à saúde previstas na Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações e complementações, aos usuários do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerada a legislação própria das categorias e das especialidades médicas e de saúde objeto do credenciamento.

#### 3.1.1 - Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

- a) Ao aderir ao credenciamento, os participantes se declaram cientes que, por exigência dos órgãos de controle externo, da Lei nº 12.527/2018 – Lei de Acesso à Informação – que realiza o tratamento de dados pessoais pertinentes à qualificação jurídica e física, econômico- financeira, tributária e técnica descritas no Edital, para uso exclusivo às finalidades legais e institucionais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assim como se compromete a exigir de seus funcionários o mesmo grau de responsabilidade com o manuseio e tratamento de dados sensíveis que porventura tenha acesso no cumprimento de suas obrigações contratuais;
- b) Poderão participar deste credenciamento as PESSOAS JURÍDICAS E PESSOAS FÍSICAS que satisfaçam as condições de habilitação e disposições contidas no Edital de Credenciamento, bem como atenderem as condições procedimentais reguladas por este

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú e, também atendam as condições e os critérios mínimos estabelecidos no citado edital, visando o atendimento satisfatório;

c) A participação no Credenciamento está vinculada à prestação de serviços para TODOS os usuários titulares e seus dependentes regularmente cadastrados no FUNSERVIR;

d) A inscrição no processo implica na manifestação de interesse do prestador de serviços em participar do processo de credenciamento junto ao FUNSERVIR, na data de entrega da documentação, e a mesma estando de acordo com os requisitos do edital, e na aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no Edital, seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pelo FUNSERVIR;

e) O credenciamento (pessoa jurídica ou pessoa física), não gera para o habilitado, o direito subjetivo à celebração de contrato com o FUNSERVIR.

### 3.1.2 - Não poderão participar do credenciamento:

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s).

b) Empresas em processo de recuperação judicial ou sob falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação.

c) Pessoa jurídica ou pessoa física que se encontre, ao tempo de credenciamento, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta e/ou a quem atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado, em processo administrativo próprio, o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do Interessado no credenciamento.

c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú, ou com empregado público que atue no setor de licitações/credenciamento, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) Que, por qualquer motivo, forem declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

e) Que, por qualquer motivo, estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Balneário Camboriú, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

f) Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas na qual figurem, entre seus diretores ou responsáveis técnicos ou sócios, servidores da municipalidade, bem como ocupantes de cargos ou funções comissionadas, ressalvados os casos em que ficar comprovado que tal proibição inviabilizará a prestação dos serviços aos beneficiários do FUNSERVIR;

g) Pessoa que tenha sido condenada em decisão, com trânsito em julgado, ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I - Atos de improbidade administrativa;

II - Crimes: - contra a administração pública; - contra a incolumidade pública; - contra a fé pública; - hediondos; - praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; - de redução de pessoa à condição análoga à de escravo; - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

h) pratica de atos causadores de perda do cargo ou emprego público;

i) tenha sido excluída do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

j) tenha tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;

3.1.3. Na mesma vedação incorre a pessoa que tenha:

3.1.3.1. Empresas com registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas / CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 - Atualmente o FUNSERVIR conta com uma média total de 7.400 (sete mil e quatrocentos) usuários (titulares e dependentes), que se utilizam dos serviços

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

credenciados deste Fundo de Assistência que possui demanda retraída de algumas especialidades médicas e serviços de saúde por insuficiência na oferta de serviços devido último Edital de Credenciamento ter sido realizado em 2019.

4.2 - Assim, a solução torna-se imprescindível e justificável a contratação, em caráter de credenciamento, dos serviços previstos na Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações para o atendimento às demandas dos beneficiários, de maneira apropriada.

4.3 - Além do levantamento da necessidade, os valores aplicáveis terão como base de referência as Tabelas praticadas pelo FUNSERVIR, disponível em: <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 - A partir dos estudos e análises realizados, optou-se pelo Credenciamento de pessoas jurídicas e pessoas físicas, visando a manutenção e ampliação dos credenciados em prestação de serviços de saúde nas áreas de assistência e atendimento em hospitais, clínicas, serviços de diagnósticos e terapêuticos, atendimentos médicos e tratamentos seriados, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus respectivos anexos, juntamente com as especialidades em acordo as necessidades de demanda e as disposições da Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações.

5.2 – O credenciamento revela ser a melhor opção de contratação, pois permite ao FUNSERVIR realizar o chamamento público dos interessados em prestar serviços médicos, hospitalares e de saúde aos beneficiários, ficando a escolha do prestador a cargo do beneficiário, destinatário direto da prestação dos serviços.

5.3. O credenciamento oferece uma ampla rede de atendimento aos beneficiários do FUNSERVIR, por meio de prestadores de serviços médicos, hospitalares e de saúde, credenciadas em Balneário Camboriú, e onde existirem prestadores devidamente credenciados.

5.4. O modelo de contratação assegura a padronização dos instrumentos contratuais, por meio de edital de credenciamento, com regras preestabelecidas, a critério do FUNSERVIR e a adoção de tabelas únicas, garantindo-se a definição prévia dos valores a serem pagos às empresas credenciadas.

5.5. O credenciamento, com regras preestabelecidas, permite ao FUNSERVIR a definição de um padrão de qualidade dos serviços, possibilitando a seleção de pessoas físicas e jurídicas que atendam aos critérios estipulados.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

5.6. O credenciamento, mediante a uniformização de cláusulas contratuais, possibilita melhor acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES A SEREM CONTRATADAS

6.1 - Para a estimativa de quantidades e valores, utilizou-se como referência os procedimentos realizados e valores entre os anos de 2021, 2022 e 2023.

6.2 - Considerando o prazo de até 120 (cento e vinte) meses, crescimento de beneficiários e estimativa de credenciamentos a serem realizados, conforme média dos últimos 36 (trinta e seis) meses, prevê-se o valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) para o total de serviços.

## 7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1 - Considerando tratar-se de prestação de atendimento contínuo, entende-se que a solução é passível de parcelamento com execução mensal, por período contratual de 60 (sessenta) meses.

## 8. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

8.1 – O FUNSERVIR conta com o Plano Anual de Contratação, na forma do artigo 12 da Lei Federal 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 11.209/2023, sendo que o lançamento do Edital de Credenciamento está alinhado com a proposta de gestão adotada pelo FUNSERVIR, já consolidada, com as ações de interesse comum dos beneficiários cadastrados, e os seguintes objetivos:

8.1.1 - Delimitar as necessidades de serviços em saúde a partir da série histórica de contratações dos exercícios anteriores;

8.1.2 - Quantificar numericamente a dimensão dos itens/serviços necessários, de forma condizente com as definições de credenciamentos necessárias;

8.1.3 - Identificar oportunidades de melhorar a economia de escala e aprimorar os processos de trabalho;

8.1.4 - Otimizar e racionalizar a aplicação dos recursos públicos, atendendo ao princípio da transparência e possibilitando o melhor conhecimento das necessidades anuais e melhorar a prestação de contas, contribuir para o escalonamento dos objetos em níveis de prioridade.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

8.1.5 - Servir como parâmetro de controle e avaliação da atuação do FUNSERVIR junto aos seus beneficiários, visando à eficiência e eficácia no cumprimento de seus objetivos e finalidades.

## 9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 – O Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, busca através do Edital de Credenciamento, realizar contratações públicas, a parametrização dos atendimentos de especialidades, a equidade, economicidade, eficiência e resolutividade.

9.2 - Estima-se que, com o credenciamento para o atendimento dos mais de 7.400 beneficiários que serão assistidas dentro dos preceitos anteriormente destacados, com assistência integral nas áreas:

9.2.1. Hospitais e Maternidades;

9.2.2. Médicos (pessoa jurídica e pessoa física);

9.2.3. Exames especializados (pessoa jurídica e pessoa física);

9.2.4. Laboratórios de análises clínicas e anátomo patológica;

9.2.5. Clínicas de apoio à saúde;

9.2.6. Clínicas especializadas em Transtornos do Desenvolvimento Infantil

9.3 – Assim, a realização de ações que visam a melhor qualidade de vida, com a diminuição de doenças, e a prevenção dos agravos, os resultados pretendidos serão alcançados.

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - O Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, através do Departamento de Saúde Suplementar com apoio do Departamento Administrativo e Financeiro e Assessoria Jurídica, será responsável pela orientação dos contratados em relação aos procedimentos, desde o uso do sistema, o agendamento, faturamento até a emissão de Nota Fiscal para pagamento.

10.2 - Também, o FUNSERVIR tem a responsabilidade de regular a execução dos contratos, realizando a supervisão dos prestadores quanto às regras e normas exigidas.

## 11. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

11.1 - Conforme resultado do presente ETP - Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade do credenciamento de pessoas jurídicas e pessoas físicas visando a prestação de serviços de saúde nas áreas de assistência e atendimento médico em regime

Assinado por 4 pessoas: MILTON ROLIM CARNEIRO FILHO, EWERTON ELIAKIN DA SILVA ROSA, LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA e ARY SOUZA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/DB44-4BA8-1972-A97B> e informe o código DB44-4BA8-1972-A97B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

ambulatorial ou hospitalar, de auxiliares de diagnóstico e terapia, serviços de urgência e emergência, e conforme os demais contidos na Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações, aos usuários do FUNSERVIR.

## 12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

12.1 - A equipe de planejamento declara viável esta contratação em virtude do levantamento de mercado supracitado e da necessidade da contratação via Credenciamento, bem como do seu alinhamento aos instrumentos de planejamento institucional com base neste Estudo Técnico Preliminar, em acordo a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 11.209/2023 e consoante ao inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Balneário Camboriú – SC, 30 de janeiro de 2025.

## 13. RESPONSÁVEIS

Ary Euclides de Souza Filho  
Secretário de Gestão de Pessoas  
Portaria 32.153/2025

Luciane Martins Cavalheiro Corrêa  
Diretora Administrativo-Financeiro  
Portaria 32.172/2025

Ewerton Eliakin da Silva Rosa  
Diretor de Saúde Suplementar  
Portaria 32.172/2025

Milton Rolim Filho  
Analista Administrativo II  
Mat. 8.181

Assinado por 4 pessoas: MILTON ROLIM CARNEIRO FILHO, EWERTON ELIAKIN DA SILVA ROSA, LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA e ARY SOUZA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/DB44-4BA8-1972-A97B> e informe o código DB44-4BA8-1972-A97B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Serviços Médicos de Dermatologia**  
*elencados no anexo I – ficha cadastral*

### **1. DO OBJETO**

1.1. Credenciamento de **Serviços Médicos de Dermatologia**, por inexigibilidade de licitação, de peessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços de assistência à saúde aos mais de 7.400 (sete mil e quatrocentos) usuários (titulares e dependentes), registrados no Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, nos termos deste Edital e seus anexos, para complementação e atualização da rede credenciada composta por hospitais, clínicas, serviços de diagnósticos e terapêuticos, atendimentos médicos e tratamentos seriados, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos, nas especialidades em acordo as necessidades de demanda e as disposições da Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações, pelo período contratual de 60 (sessenta) meses, conforme as especificações e condições estabelecidas no ETP, TR, Edital e seus respectivos anexos.

### **2. DO VALOR**

2.1. Para a estimativa de quantidades e valores, utilizou-se como referência os procedimentos e valores realizados nos anos de 2023 e 2024.

### **3. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A CREDENCIADA prestará os serviços contratados em suas dependências, instalações ou hospitais credenciados.

### **4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços somente serão prestados aos beneficiários previamente indicados pelo FUNSERVIR, mediante a apresentação da carteira de identificação do FUNSERVIR (física ou digital APP), acompanhada de documento de identidade oficial.

4.2. No caso de o beneficiário não estar de posse da carteira de identificação, a CREDENCIADA deverá aceitar documento de identificação oficial, devendo, para efetivar o atendimento, consultar junto ao FUNSERVIR, por contato telefônico ou acessando ao site, a situação do beneficiário titular ou dependente.

Assinado por 4 pessoas: MILTON ROLIM CARNEIRO FILHO, EWERTON ELIAKIN DA SILVA ROSA, LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA e ARY SOUZA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/DB44-4BA8-1972-A97B> e informe o código DB44-4BA8-1972-A97B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

4.3. Será dada prioridade no atendimento para os casos de emergência ou urgência, assim como às pessoas com sessenta anos de idade ou mais, aos portadores de necessidades especiais, às gestantes, lactentes e crianças até cinco anos de idade.

4.4. A CREDENCIADA prestará os serviços previstos neste Termo, Edital e seus anexos, em Balneário Camboriú-SC, nas especialidades reconhecidas pelo respectivo Conselho de Classe, desde que previamente aprovadas pelo CREDENCIANTE.

4.5. Os serviços prestados pela CREDENCIADA deverão atender às seguintes disposições:

4.6. Serão cobertas as despesas referentes aos serviços médicos, hospitalares, ambulatoriais, emergência/urgência, cirúrgicos, auxiliares de diagnose, tratamento multidisciplinar, e demais especialidades de apoio à saúde previstos no Anexo VII do Edital nº 001/2024, juntamente com outros constantes da Tabela de Referência para Convênios e Credenciamentos do FUNSERVIR - das tabelas Taxas e Diárias disponíveis no sítio eletrônico do FUNSERVIR <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

4.7. Os serviços serão prestados nas dependências da CREDENCIADA, previamente vistoriadas pelo CREDENCIANTE;

4.8. Não poderá haver diferenciação de tratamento entre os beneficiários do FUNSERVIR.

4.9. É vedado à CREDENCIADA cobrar diretamente do beneficiário do FUNSERVIR qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados concernentes aos procedimentos constantes do rol de cobertura adotado pelo CREDENCIANTE.

4.10. Não serão autorizados ou pagos procedimentos não constantes do rol de cobertura do FUNSERVIR nem os que não tenham sido previamente negociados com os prestadores. A realização de procedimentos novos deve ser precedida da necessária inclusão no rol de procedimentos negociado entre o prestador e o FUNSERVIR.

4.11. A CREDENCIADA deverá atender aos beneficiários do FUNSERVIR com cortesia e elevado padrão de eficiência e estrita observância ao Código de Ética profissional respectivo.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

4.12. A atualização dos dados cadastrais, do corpo clínico e das especialidades da CREDENCIADA para prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, Edital e seus anexos, deverá ser realizada anualmente ou sempre que houver alteração ou, ainda, a pedido do FUNSERVIR. Poderá ser exigido da CREDENCIADA que preencha fichas cadastrais em arquivo eletrônico, em layout a ser definido pelo FUNSERVIR.

4.13. A CREDENCIADA observará, em todos os procedimentos, o rol de cobertura, as orientações e os referenciais de preços negociados com o FUNSERVIR.

## 5. DOS PREÇOS

5.1. Os honorários profissionais, bem como as despesas com taxas, materiais medicinais e demais serviços e procedimentos serão cobrados com base nos códigos, descrições, referenciais de valores e instruções na tabela praticada pelo FUNSERVIR, disponível no Portal do FUNSERVIR em <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

5.2. A Unidade de Custo Operacional - UCO, contemplada na tabela praticada pelo FUNSERVIR, inclui a depreciação de equipamento, manutenção, mobiliário, imóvel, aluguel, folha de pagamento e outras despesas comprovadamente associadas aos procedimentos médicos.

5.3. Para a solicitação de autorização e faturamento dos honorários profissionais deverá ser utilizada somente a codificação existente na tabela praticada pelo FUNSERVIR, vigente na data do atendimento.

## 6. DO PROCESSAMENTO DAS DESPESAS

6.1. As faturas, bem como os demais documentos que devem acompanhá-las, deverão ser entregues na sede do FUNSERVIR, localizado na Rua 200, 500 – Centro – Balneário Camboriú – SC;

6.2. A CREDENCIADA deverá apresentar os documentos de cobrança referentes aos serviços concluídos, em período definido pelo FUNSERVIR e divulgado no sítio eletrônico, bem como indicar o banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deva ser efetuado, além do endereço eletrônico para recebimento dos dados do faturamento;

6.3. Caso o faturamento tenha por base serviços que deixaram de ser cobrados na época devida, os valores a serem faturados serão os vigentes na data do atendimento;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

6.4. Deverão ser refaturados, com os valores vigentes na época do primeiro faturamento, os valores dos serviços que tenham sido glosados em virtude do encaminhamento do documento de cobrança sem a observância das formalidades previstas neste Edital.

6.5. Por ocasião de cada pagamento, o FUNSERVIR exigirá da CREDENCIADA os seguintes documentos (PF pessoa física – PJ pessoa jurídica):

a) PJ - Certidão de Regularidade do FGTS- CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

b) PJ e PF - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretária da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;

c) PJ - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

d) PJ e PF - prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CREDENCIADA;

e) Sobre o valor devido ao CREDENCIADO PESSOA JURÍDICA, o CREDENCIANTE efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN conforme LC 116/2003 e legislação específica de cada município.

f) Sobre o valor devido ao CREDENCIADO PESSOA FÍSICA, o CREDENCIANTE efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), conforme Lei 7.713/1988, contribuição previdenciária para a Seguridade Social – INSS, conforme IN RFB 971/2009, e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme LC 116/2003 e legislação específica de cada município.

g) Caberá ao CREDENCIADO, se julgando dispensado do recolhimento de algum dos tributos citados nos itens e) e f), comprovar e informar o diploma legal da alegada isenção.

Assinado por 4 pessoas: MILTON ROLIM CARNEIRO FILHO, EWERTON ELIAKIN DA SILVA ROSA, LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA e ARY SOUZA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/DB44-4BA8-1972-A97B> e informe o código DB44-4BA8-1972-A97B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

h) Caberá ao CREDENCIADO PESSOA FÍSICA a apresentação da guia do ISSQN e o seu respectivo comprovante de pagamento (mensal, trimestral ou anual), conforme legislação municipal do seu estabelecimento/domicílio tributário (não sendo aceito comprovante de agendamento), para fins de não retenção na fonte do imposto.

i) Caberá ao CREDENCIADO PESSOA FÍSICA apresentar declaração referente à contribuição para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), para fins de não retenção na fonte da contribuição, conforme art. 64 da IN 971/2009 da SRFB.

j) Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

k) O CREDENCIADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, deverá indicar essa condição no documento fiscal, que será aferida em consulta ao Portal do Simples Nacional.

6.6. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da entrega da nota fiscal e os documentos elencados no item 18.5 do Edital de Credenciamento e item 6.5 deste, mediante crédito em conta bancária devidamente informada pela CREDENCIADA, produzindo o depósito os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida;

6.7. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, CNPJ nº 14.674.100/0001-08, Rua 200, 500 – Centro – CEP 88330-648 – Balneário Camboriú – SC.

6.8. As notas fiscais e o arquivo XML deverão ser emitidos obedecendo ao critério da data de atendimento, não sendo permitida a inclusão de atendimentos realizados em anos distintos em uma mesma nota fiscal;

6.9. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato de Credenciamento ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CREDENCIADA e, nesse caso, o prazo previsto no item 18.6 do Edital será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

6.10. Os dados das despesas realizadas serão encaminhados em meio eletrônico e/ou físico pela CREDENCIADA, de acordo com as especificações definidas pelo FUNSERVIR e apresentados os comprovantes respectivos para fins de validação e pagamento das contas faturadas;

6.11. A CREDENCIADA, após a prestação dos serviços, terá até 90 (noventa) dias para apresentar as faturas, contados da data do atendimento ao beneficiário e/ou do dia de alta do paciente, no caso de internação. Fora desse prazo, somente com prévia justificativa escrita e com autorização do FUNSERVIR;

6.12. A cobrança dos serviços prestados será feita pela CREDENCIADA, cujo faturamento deverá ser executado no padrão TISS (Troca de Informações em Saúde Suplementar), em arquivo XML (eXtensible Markup Language).

6.13. Será utilizada a versão 3.03.XX ou versão determinada pelo FUNSERVIR para o arquivo XML, a ser encaminhado pelo Portal Prestadores <https://prestador.funservir.com.br/>.

6.14. A CREDENCIADA deverá encaminhar, em meio físico ou digital, para efeito de auditoria, a relação discriminada dos serviços realizados e do material utilizado, prescrições médicas, guias com carimbo do médico e assinatura do beneficiário, bem como a cópia da autorização do CREDENCIANTE, quando houver;

6.15. Os prontuários dos pacientes, bem como todas as anotações e peças que os compõem, poderão ser consultados por auditores formalmente indicados pelo CREDENCIANTE.

6.16. Os documentos supracitados poderão ser solicitados pela CREDENCIANTE, nos casos admitidos pelo Código de Ética Médica, para fins de auditoria - ou por determinação judicial;

6.17. Os dados dos beneficiários encaminhados pelo FUNSERVIR e os resultantes da execução dos serviços terão caráter confidencial, para uso exclusivo conforme os fins previstos neste Edital;

6.18. O FUNSERVIR não aceitará, em nenhum momento, a ausência de informações nos campos obrigatórios dos arquivos a serem enviados pela CREDENCIADA. A obrigatoriedade de campos será especificada na definição do layout dos arquivos, informado pelo FUNSERVIR;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

6.19. Poderá o FUNSERVIR, após efetuar análise dos documentos de cobrança apresentados para pagamento, questionar os valores cobrados, deduzindo o valor destas da própria fatura ou, no caso de pagamento integral, a CREDENCIADA deverá devolver o valor apurado. Em qualquer caso, a CREDENCIANTE apontará as divergências justificadas nas faturas encaminhadas à CREDENCIADA;

6.20. Não se considerará, para pagamento, no todo ou em parte, as faturas que não cumprirem as formalidades estipuladas neste Edital;

6.21. Nenhum pagamento será efetuado à CREDENCIADA enquanto pendente de cumprimento qualquer requisito formal exigido no Edital, na nota de empenho ou no Contrato de Credenciamento. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária;

6.22. Em caso de glosas, a CREDENCIANTE fica obrigada a realizar a reclamação por escrito, com as devidas justificativas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da emissão da nota fiscal;

6.23. Será aplicada glosa total nos procedimentos realizados sem autorização prévia da CREDENCIANTE, quando estes assim exigirem;

6.24. Para a apuração e conciliação por parte da CREDENCIADA fica estipulado um prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da reclamação para contestar os valores glosados, por meio da apresentação de recurso escrito contendo os seguintes dados:

- a) matrícula do beneficiário;
- b) nome do beneficiário;
- c) data do atendimento;
- d) discriminação do(s) item(ns) glosado(s);
- e) valor do(s) item(ns) glosado(s);
- f) fundamentação para revisão da glosa.

6.25. Se devida a glosa, a CREDENCIADA realizará o pagamento na próxima competência;

6.26. A CREDENCIADA acompanhará os pagamentos efetuados, bem como as glosas porventura realizadas, por meio do Portal do FUNSERVIR na internet;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

6.27. A documentação probatória da prestação dos serviços será recebida pelo Departamento de Faturamento do FUNSERVIR, que procederá à auditoria, análise e conferência de acordo com o rol de cobertura, as orientações e os referenciais de preços estabelecidos no Contrato de Credenciamento;

6.28. A contestação parcial da prestação dos serviços, devidamente ressalvada em forma de glosa, não impede o recebimento e o pagamento dos demais serviços, sem prejuízo de a CREDENCIADA, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, recorrer da decisão.

6.29. O recebimento da documentação probatória da prestação dos serviços, não exclui as responsabilidades civil e penal da CREDENCIADA.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

7.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste TR, edital, seus anexos e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CREDENCIADA:

I - Prestar os serviços em conformidade com as disposições deste instrumento e seus anexos, com base nas tabelas de preços e nas instruções gerais adotadas pelo CREDENCIANTE, observando, ainda, o disposto nos códigos de ética das categorias profissionais relacionadas aos serviços prestados, no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei n. 8.078, de 11/09/1990, na Lei n. 14.133/2021 e no Decreto n. 11.878/2024, no que couber, c/c a Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações.

II - Tomar ciência e observar o Regulamento Geral e demais normas complementares do FUNSERVIR.

III - Consultar periodicamente a tabela praticada pelo FUNSERVIR, suas instruções gerais e as tabelas Taxas e Diárias, disponibilizadas no sítio eletrônico do CREDENCIANTE <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024, para acompanhamento das atualizações.

IV - Prestar os serviços previstos no item 1.1 do presente credenciamento aos beneficiários do FUNSERVIR, mediante a apresentação do documento de identidade com foto e carteira de identificação do FUNSERVIR (física ou digital), após verificada a elegibilidade no sistema automatizado do CREDENCIANTE. Caso o beneficiário não

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

esteja portando a carteirinha, fica autorizado o atendimento mediante apresentação de documento com foto e validação da elegibilidade do mesmo no sistema.

V - Prestar o imediato atendimento aos beneficiários do FUNSERVIR, nos casos de urgência e emergência, independentemente de autorização no sistema automatizado do CREDENCIANTE.

VI - Atualizar, junto ao CREDENCIANTE, as alterações promovidas no ato constitutivo e no perfil tributário da empresa, bem como os documentos exigidos no processo de credenciamento que tenham suas validades expiradas.

VII - Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições pactuadas, sendo obrigatório manter a regularidade fiscal, a capacidade técnica e operativa; podendo o CREDENCIANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação dessas condições.

VIII - Encaminhar, anualmente, declaração de optante pelo simples nacional, caso a CREDENCIADA seja optante pelo regime, nos termos do anexo IV da Instrução Normativa - IN 1234/2012, até o 5º dia do mês de janeiro, como condição para o pagamento pelos serviços prestados.

IX - Faturar os serviços prestados, única e exclusivamente, por meio do contrato de credenciamento, sendo defeso, durante sua vigência, utilizar-se de qualquer outro meio (intermediários ou associações).

X - Encaminhar as faturas dos serviços prestados ao CREDENCIANTE para pagamento das despesas, sendo vedada, à CREDENCIADA, cobrar diretamente do beneficiário, de forma particular, valores relativos aos pacotes, procedimentos, materiais, medicamentos ou outros itens não cobertos ou não autorizados pelo FUNSERVIR, salvo na situação prevista de cobrança direta ao beneficiário que somente será admitida quando este, após tomar ciência de que se trata de item não coberto ou não autorizado pelo FUNSERVIR, assumir a responsabilidade pelo pagamento integral da despesa.

XI - Permitir, independentemente de prévio agendamento, a realização de auditoria do CREDENCIANTE in loco, para fins de:

- a) identificação do rol de beneficiários do FUNSERVIR em atendimento;
- b) análise, por auditores formalmente indicados pelo CREDENCIANTE, dos prontuários, bem como de todas as anotações e peças que os compõem, tais como:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

resultados de exames, laudos, pareceres e relatórios dos profissionais assistentes, prescrições e evoluções;

c) auditoria nos prestadores de serviços, que componham de forma integral ou parcial o serviço objeto do contrato firmado entre as partes;

d) elaboração de relatório de auditoria.

XII - Informar, sempre que for solicitado, em prazo a ser comunicado pelo CREDENCIANTE, a relação de beneficiários do plano FUNSERVIR que se encontram em procedimentos em sua (s) unidade (s).

XIII - Fornecer, a qualquer tempo, todas as informações pertinentes aos serviços prestados aos beneficiários, a critério do CREDENCIANTE.

XIV – Informar, quando for o caso, as alterações no endereço do(s) local(s) da prestação dos serviços, para fins de realização de vistoria.

XV – Informar a composição e as alterações dos dados cadastrais dos profissionais da saúde e suas respectivas especialidades, limitando-se aos serviços constantes no instrumento contratual, visando manter atualizados os dados referentes aos serviços prestados disponibilizados aos beneficiários do plano FUNSERVIR, não isentando a CREDENCIADA da apresentação de toda a documentação pertinente constante neste instrumento, no que tange as referidas alterações.

XVI - Disponibilizar, aos beneficiários do FUNSERVIR, somente profissionais registrados nos respectivos conselhos de classe.

XVII – Solicitar, mediante requerimento, a inclusão de novas especialidades no rol de serviços prestados, observando a documentação exigida em edital, exceto quando se tratar de hospitais gerais.

XVIII - Finalizar os atendimentos já iniciados, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE ou por desistência do beneficiário.

XIX - Apresentar esclarecimentos referentes à prestação dos serviços, no prazo definido pelo CREDENCIANTE.

XX - Abster-se de exigir quaisquer meio ou forma de garantia, tais como: cheque, caução ou outro documento, como condicionante para prestar atendimento ao beneficiário do FUNSERVIR.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

XXI - Abster-se de cobrar quaisquer valores pelos serviços prestados ao beneficiário objeto do contrato vigente, assim como, cobrar por serviços, insumos e materiais não executados, executados parcialmente ou fora do estipulado no instrumento firmado.

XXII - Abster-se de subcontratar serviços, no todo ou em parte, de profissional que não seja integrante do corpo clínico.

XXIII - Indenizar os beneficiários do FUNSERVIR por danos decorrentes de culpa ou dolo de seus profissionais ou prepostos, incluindo-se aqueles que atuem em regime de corpo clínico aberto, após regular procedimento administrativo para apuração, sendo assegurados a ampla defesa e o contraditório. As indenizações supramencionadas não isentam o CREDENCIADO da possibilidade de responsabilização na esfera judicial, conforme artigo 18 da Lei 12.846/2013.

XXIV - Cumprir todas as obrigações decorrentes da natureza do credenciamento contidas neste TR, Edital e seus anexos.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

### **8.1. O CREDENCIANTE compromete-se a:**

I - Disponibilizar consulta automática de elegibilidade do beneficiário, por meio de sistema automatizado do **CREDENCIANTE**.

II - Disponibilizar acesso ao sistema automatizado do **CREDENCIANTE** ou outro meio adequado para emissão das autorizações.

III - Disponibilizar informações da rede credenciada aos beneficiários do FUNSERVIR.

IV - Disponibilizar à **CREDENCIADA** as instruções gerais do FUNSERVIR relacionadas à prestação dos serviços, procedendo atualização sempre que necessário.

V - Adotar medidas necessárias à gestão e fiscalização dos contratos de credenciamento.

VI - Notificar a **CREDENCIADA** a respeito de quaisquer irregularidades constatadas que comprometam a regular prestação dos serviços, bem como solicitar a adoção de medidas corretivas.

VII - Realizar o pagamento pelos serviços prestados com base nos valores constantes dos referenciais de preços adotados pelo **CREDENCIANTE**.

Assinado por 4 pessoas: MILTON ROLIM CARNEIRO FILHO, EWERTON ELIAKIN DA SILVA ROSA, LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA e ARY SOUZA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/DB44-4BA8-1972-A97B> e informe o código DB44-4BA8-1972-A97B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

VIII - Cumprir todas as obrigações decorrentes da natureza do credenciamento.

IX - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CREDENCIADA**;

X - Efetuar o pagamento à **CREDENCIADA** de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato de credenciamento.

#### **9 - GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

9.1. A Direção de Saúde Suplementar do FUNSERVIR, será responsável pela fiscalização da execução do instrumento contratual com o apoio de auditor(es) do quadro próprio indicado pelo Decreto nº 11.132/2023 e suas alterações ou contratado(s), registrando eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias para o seu fiel cumprimento e dos serviços assistenciais da rede de prestadores, considerando os níveis de resolubilidade, segurança, complexidade e conforto para o paciente;

9.2. A existência e a atuação da fiscalização pelo CREDENCIANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CREDENCIADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

#### **10 – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO:**

10.1. A análise e vistoria documental e demais critérios previstos para o credenciamento, será realizada pela Direção de Saúde Suplementar com apoio dos servidores Milton Rolim Filho – Analista Administrativo II – Mat. 8181 / Juliano Mattos de Oliveira – Analista Administrativo II - Mat. 54.144 e Bruna Schaan - Analista Administrativo II - Mat. 18258 e posteriormente a fiscalização contratual pelas Direções Administrativa e de Saúde Suplementar, em todos os mencionados com apoio da Assessoria Jurídica da Secretaria de Compras e Patrimônio – SECOP/PMBC.

10.2. Para a devida análise documental, deverá ser observado o seguinte:

10.2.1 Prazo de até 20 (vinte) dias para análise da documentação, prorrogável por igual período;

10.2.2 Os integrantes da direção e servidores, irão receber, analisar, comentar, esclarecer, discutir, aprovar ou reprovar o credenciamento, receber recursos, emitir pareceres ou, obrigatoriamente, em caso de manutenção de decisão contrária, encaminhar a superior apreciação e julgamento;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

10.2.3 Além do recebimento e exame da documentação e da análise para habilitação do interessado, em obediência às disposições estabelecidas neste TR, Edital, seus anexos e demais legislação pertinente, conduzir as atividades correlatas.

## **11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

11.1. Unidade Gestora: 8 - Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR

Unidade Orçamentária: 28002 - FUNSERVIR - SAÚDE COMPLEMENTAR - Ação: 2.166 - Manutenção das Atividades do Programa de Saúde do Servidor – 399 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 100627 - Recursos Diretos - FUNSERVIR - 1.759.7000 0

## **12. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As penalidades administrativas serão aplicadas nos termos do artigo 156 da Lei n. 14.133/2021.

12.2. A CREDENCIADA ficará sujeita pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - Advertência;  
II - Multa;  
III - Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos.

IV – e, inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;  
II – as peculiaridades do caso concreto;  
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;  
IV – os danos que da infração provierem para o CREDENCIANTE.

12.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

12.5. A penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

12.6. A penalidade de advertência somente tem cabimento durante a vigência do contrato.

12.7. A penalidade de multa poderá ser aplicada nas seguintes situações:

GRAVIDADE	INFRAÇÃO	PENALIDADE
A	Exigir garantias (cheque, promissórias, caução) para o atendimento aos beneficiários do FUNSERVIR, salvo quando estes não apresentarem identificação de beneficiários.	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao beneficiário.
B	Cobrar diretamente do beneficiário do FUNSERVIR valores referentes aos serviços prestados, seja a título integral ou a título de complementação de pagamento, salvo na situação prevista neste Edital.	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao beneficiário.
C	Cobrar, de forma abusiva, insumos (materiais/medicamentos/taxas/terapias) incompatíveis com os procedimentos realizados ou com custo excessivo, havendo, comprovadamente, alternativas mais viáveis economicamente, conforme avaliação técnica do CREDENCIANTE.	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao FUNSERVIR e ao beneficiário.
D	Cobrar por serviços não executados ou executados irregularmente (de forma inadequada).	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao FUNSERVIR e ao beneficiário.
E	Apresentar, de forma reiterada, faturas para pagamento fora do prazo contratual, conforme previsto no item - PRAZOS.	multa de 2% (dois por cento) do valor total da fatura apresentada.
F	Agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao CREDENCIANTE ou aos beneficiários do FUNSERVIR.	Advertência, multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular e descredenciamento.
G	Não manter informado o CREDENCIANTE sobre alteração (ões) do quadro de profissional (ais) do CREDENCIADO (Pessoa Jurídica e Pessoa Física).	Advertência

### 13. DA VIGÊNCIA DO EDITAL E DOS CONTRATOS

13.1. O Edital de Credenciamento terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir da publicação conjuntamente no site do CREDENCIANTE <https://www.funservir.com.br> >

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024, site da Prefeitura de Balneário Camboriú <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e no veículo Oficial da Municipalidade: Diário Oficial dos Municípios – D.O.M, durante o período de vigência do Edital, o credenciamento ficará permanentemente aberto para inclusão de novos interessados na lista de credenciados (cfr. art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei n. 14.133/21, c/c art. 5º, caput, do Decreto n. 11.878/2024), podendo ser alterado, de acordo com o interesse da Administração.

13.2. Os contratos de credenciamento terão vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 106 da Lei n. 14.133/2021, considerando a natureza da contratação, a qual consiste na prestação continuada de serviços de assistência à saúde (serviços médicos, hospitalares e de saúde).

13.3. Os contratos de credenciamento poderão ser prorrogados por igual período, na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

13.4. A vigência dos contratos de credenciamento em exercícios subsequentes ao primeiro ano de vigência, ficará condicionada à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para fazer face às despesas deles decorrentes.

13.5. As despesas que excederem o valor de empenho serão atendidas com recursos próprios do FUNSERVIR.

13.6. O CREDENCIAMENTO não obriga a administração pública a contratar.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. O CREDENCIANTE providenciará a publicação do Edital de Credenciamento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no seu sítio eletrônico: <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024, site da Prefeitura de Balneário Camboriú <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm> e extrato no veículo Oficial da Municipalidade: Diário Oficial dos Municípios – D.O.M

14.2. Os interessados poderão solicitar credenciamento, a qualquer tempo, durante o período de vigência do Edital, devendo obedecer aos requisitos previstos neste instrumento e em seus anexos.

14.3. Eventuais consultas poderão ser formuladas ao Diretor de Saúde Suplementar, de segunda a sexta-feira, das 08h00m às 17h00m, preferencialmente pelo e-mail: [credenciamento@funservir.com.br](mailto:credenciamento@funservir.com.br) ou no endereço Rua 200, 500 – Centro – Balneário Camboriú – SC ou ainda pelo telefone (47) 3267-7178.

14.4. Os proponentes quando convocados, deverão assinar o contrato de credenciamento no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação feita pelo CREDENCIANTE.

Assinado por 4 pessoas: MILTON ROLIM CARNEIRO FILHO, EWERTON ELIAKIN DA SILVA ROSA, LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA e ARY SOUZA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.tdoc.com.br/verificacao/DB44-4BA8-1972-A97B> e informe o código DB44-4BA8-1972-A97B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO

14.5. Os contratos de credenciamento regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

14.6. Eventual alteração no edital será publicada no no sítio eletrônico do CREDENCIANTE.

14.7. Será também encaminhado ofício-circular à rede credenciada, para que atendam aos requisitos deste instrumento para que passe a integrar os contratos de credenciamento vigentes.

14.8. O edital de credenciamento e seus anexos poderão ser suspensos ou revogados, a qualquer tempo pelo CREDENCIANTE, por ato justificado da autoridade competente, sem que disso resulte, para qualquer interessado, direito a ressarcimento ou indenização.

14.9. A CREDENCIADA não poderá pronunciar-se em nome do CREDENCIANTE, à imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relacionados às atividades deste, estando sujeita, nessa hipótese, à imediata rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

14.10. Serão admitidas a fusão, cisão, incorporação ou alteração social da CREDENCIADA, devendo esta comunicar, previamente, por escrito ao CREDENCIANTE, que poderá manter o credenciamento, desde que a(s) instituição(ões) resultante(s) preencha(m) os mesmos requisitos de habilitação e mantenham o objeto contratado.

14.11. Os contratos de credenciamento celebrados sob a égide do Edital de Credenciamento 001/2019 permanecerão regidos pelas disposições do referido instrumento e pelas suas cláusulas contratuais, até o período máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação deste instrumento.

14.12. A CREDENCIADA poderá optar pela rescisão do contrato vigente e celebrar novo credenciamento nos termos do Edital e seus anexos.

14.13. Os casos omissos serão resolvidos na forma do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

14.14. A consulta ao Edital e seus anexos poderá ser realizada por meio do sítio eletrônico: <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024, <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm> e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

14.15. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o foro de Balneário Camboriú - SC.

## 15. CONCLUSÃO

Assinado por 4 pessoas: MILTON ROLIM CARNEIRO FILHO, EWERTON ELIAKIN DA SILVA ROSA, LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA e ARY SOUZA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/DB44-4BA8-1972-A97B> e informe o código DB44-4BA8-1972-A97B

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO



Nos termos e para os fins legais da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 13.709/2018, juntamente com o Decreto Municipal nº 11.209/2023, art. 29 da Lei Municipal nº 4.296/2019 e Lei Municipal nº 4.886/2024 do Regulamento Geral do FUNSERVIR e demais condições, APROVAMOS os presentes: ETP e TR.

Balneário Camboriú – SC, 31 de janeiro de 2025.

## 16. RESPONSÁVEIS

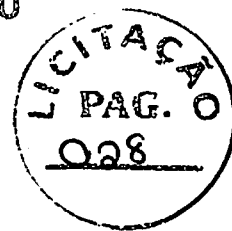
Ary Euclides de Souza Filho  
Secretário de Gestão de Pessoas  
Portaria 32.153/2025

Luciane Martins Cavalheiro Corrêa  
Diretora Administrativo-Financeiro  
Portaria 32.172/2025

Ewerton Eliakin da Silva Rosa  
Diretor de Saúde Suplementar  
Portaria 32.172/2025

Milton Rolim Filho  
Analista Administrativo II  
Mat. 8.181

Assinado por 4 pessoas: MILTON ROLIM CARNEIRO FILHO, EWERTON ELIAKIN DA SILVA ROSA, LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA e ARY SOUZA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/DB44-4BA8-1972-A97B>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
GESTÃO 2021 - 2024

## DECLARAÇÃO DE VISTORIA

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

NOME/ RAZÃO SOCIAL DA CREDENCIADA: PLM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

NOME FANTASIA: PLM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO: TERCEIRA AVENIDA, 601 - SALA 703 - CENTRO - BAL. CAMBORIÚ - SC

CNPJ/CPF: 30.130.788/0001-11

A CREDENCIADA, **DECLARA** que foi realizada visita no local de atendimento da interessada, por meio da Equipe de Saúde Suplementar do FUNSERVIR, para análise das instalações físicas, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes em acordo ao Edital de Credenciamento nº 001/2024 (item 8).

Local Balneário Camboriú, data 26/11/2024.

CA  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
OU/ PESSOA RESPONSÁVEL INDICADA

Nome: Karina Sauer  
CPF: 114.440.079-45

Servidores, membros, e auditores do Funservir:

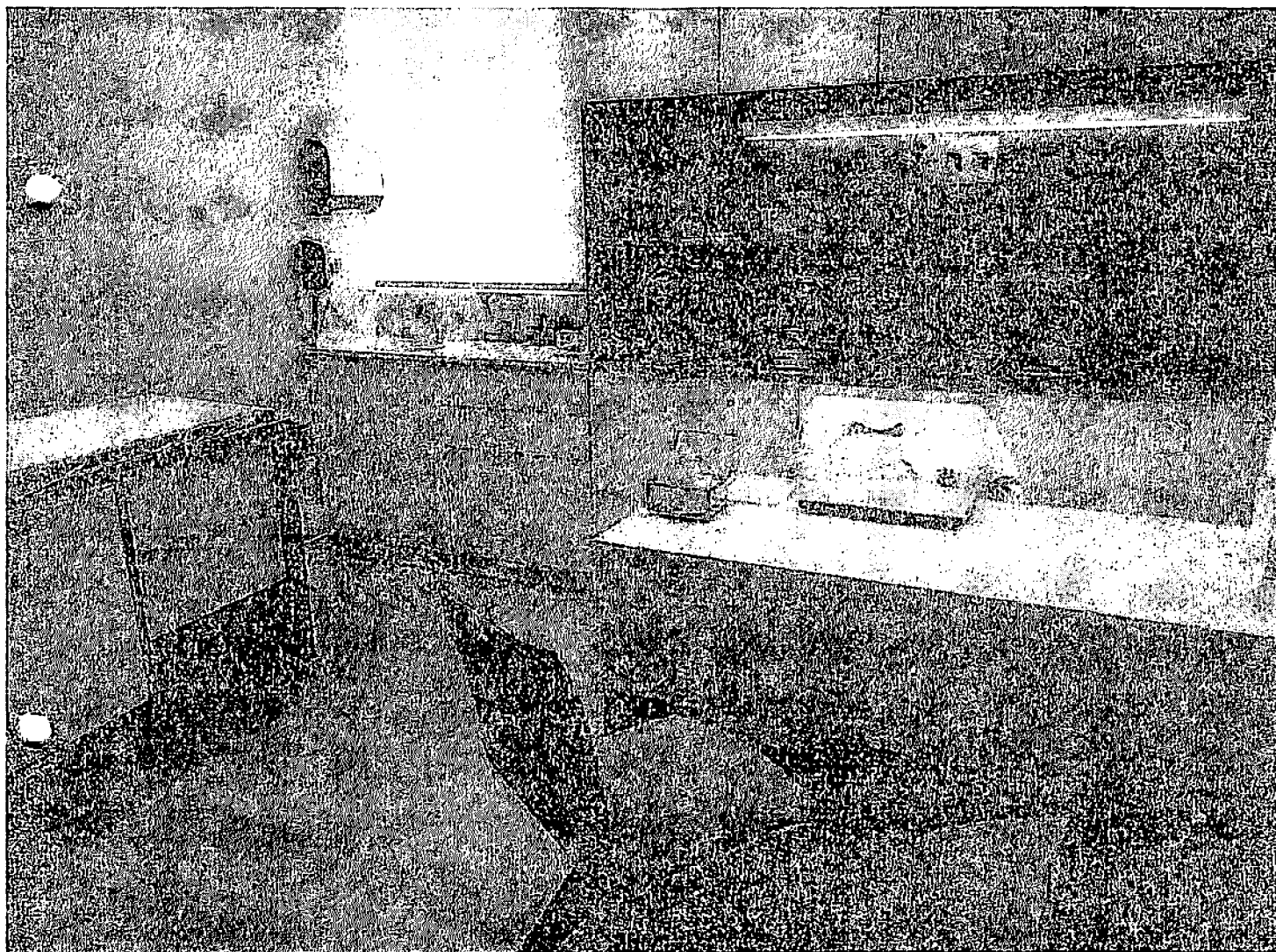
1- Bruna Schaan  
Nome: BRUNA SCHAAAN

2- Smal  
Nome: Smal

3-  
Nome:











**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
CNPJ nº 30.130.788/0001-11

**PATRICIA MAFRA LAZZARI**, nacionalidade brasileira, nascida em 20/12/1988, casada em comunhão parcial de bens, Médica (CRM/SC 20.305), inscrita no CPF nº 068.978.349-39 e RG nº 4.775.889, órgão expedidor SSP-SC, residente e domiciliada na Rua 902, 215, apto 702, Centro, Balneário Camboriú-SC, CEP 88.330-594, Brasil.

Sócia da sociedade limitada de nome empresarial **PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42600413343, com sede na 3ª Avenida, 601, Sala 703, Centro, Balneário Camboriú-SC, CEP 88.330-087, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 30.130.788/0001-11, delibera ajustar a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**OBJETO SOCIAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A sociedade passa a ter o seguinte objeto:

**ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS E ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES.**

**DA RATIFICAÇÃO E FORO**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em **BALNEARIO CAMBORIU SC.**

**CLÁUSULA TERCEIRA.** As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Req: 81300002025265

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Certifico o Registro em 16/10/2023 Data dos Efeitos 11/10/2023  
Arquivamento 20237445212 Protocolo 237445212 de 11/10/2023 NIRE 42600413343  
Nome da empresa PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

16/10/2023



http://assinador.pcs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=FclCMdAXn0i9UQ-SANZng6chave2=Ug8cwspH-CkGj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06897834939-PATRICIA MAFRA LAZZARI

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
CNPJ nº 30.130.788/0001-11



**I) DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A sociedade gira sob o nome empresarial de **PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**

**II) DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem como objeto social **ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS E ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES.**

**III) DA SEDE E ABERTURA DE FILIAIS**

A sociedade tem sua sede e foro na 3ª Avenida, 601, Sala 703, Centro, Balneário Camboriú-SC, CEP 88.330-087; podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional, com ou sem capitais autônomos para os devidos fins.

**IV) DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social é de R\$ 95.400,00 (noventa e cinco mil e quatrocentos reais) totalmente integralizado em moeda corrente do país, cabendo sua totalidade à única sócia **PATRICIA MAFRA LAZZARI.**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A responsabilidade da sócia é limitada ao valor de suas quotas, a qual responde solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

**V) DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

A sociedade terá sua duração por tempo indeterminado, considerando-se o seu início em **06 DE ABRIL DE 2018** podendo ser dissolvida a qualquer época, uma vez observado a legislação vigente.

**VI) DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da sociedade é exercida isoladamente pela única sócia **PATRICIA MAFRA LAZZARI**, que permanecerá em seu cargo por prazo indeterminado, sendo-lhe, entretanto, vedado o uso, sob qualquer pretexto ou finalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto

Req: 81300002025265

Página 2



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
CNPJ nº 30.130.788/0001-11



social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças, ou cauções seja em favor dos quotistas ou de terceiros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A administradora terá direito a uma retirada mensal, a título de Pró-Labore, e que será levada à conta de despesas gerais da sociedade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A administradora poderá constituir procuradores para representar a Sociedade, devendo as procurações outorgadas especificar expressamente os poderes conferidos e determinar o prazo de validade, com exceção às procurações *ad judícia*, que poderão ser por prazo indeterminado.

**VII) DO BALANÇO GERAL, RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO**

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos, feita as necessárias amortizações e provisões. O saldo porventura existente terá o destino que a única sócia por bem determinar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o Artigo 1.059, da Lei n.º 10.406/2002. Em caso de prejuízo este será compensado com resultados futuros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Dispensam-se as formalidades de publicação de balanço patrimonial quando a sócia única declarar, por escrito, ciência das contas da sociedade.

**VIII) DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

As quotas da sociedade são individuais e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento da sócia.

**IX) DO FALECIMENTO DE SÓCIO**

A morte ou declaração de incapacidade da sócia única não acarretará a dissolução da sociedade. Ocorrendo um destes eventos, a apuração de haveres das quotas do falecido ou declarado incapaz, serão realizadas conforme as condições a seguir:

Req: 81300002025265

Página 3



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
CNPJ nº 30.130.788/0001-11



**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A aquisição do valor patrimonial das quotas será feita pelos herdeiros descendentes ou ascendentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O valor patrimonial das quotas, será apurado de acordo com o balanço especial a ser levantado pela sociedade em até 30 (trinta) dias da data do evento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Ocorrendo incapacidade, ausência, morte, destituição, retirada ou exclusão da sócia, a prioridade de aquisição das quotas do falecido ou interdito, será de seus herdeiros.

**X) DAS DIVERGÊNCIAS SOCIAIS E FORO**

Qualquer controvérsia derivante ou relativa ao contrato social será submetida exclusivamente à Comarca de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, para solução de pendências derivadas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiada que seja.

**XI) DO DESIMPEDIMENTO**

A administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a atividade empresarial e administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

A sócia lavra o presente instrumento.

Balneário Camboriú-SC, 10 de outubro de 2023.

PATRICIA MAFRA LAZZARI

Req: 81300002025265

Página 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 16/10/2023 Data dos Efeitos 11/10/2023

Arquivamento 20237445212 Protocolo 237445212 de 11/10/2023 NIRE 42600413343

Nome da empresa PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

16/10/2023



**JUCESC**  
Junta Comercial do Estado de  
**SANTA CATARINA**



237445212



### TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PML SERVICOS MEDICOS LTDA
PROTOCOLO	237445212 - 11/10/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

#### MATRIZ

NIRE 42600413343  
CNPJ 30.130.788/0001-11  
CERTIFICO O REGISTRO EM 16/10/2023  
SOB N: 20237445212

#### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20237445212


#### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 06897834939 - PATRICIA MAFRA LAZZARI - Assinado em 11/10/2023 às 11:55:54



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Certifico o Registro em 16/10/2023 Data dos Efeitos 11/10/2023  
Arquivamento 20237445212 Protocolo 237445212 de 11/10/2023 NIRE 42600413343  
Nome da empresa PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

16/10/2023

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 30.130.788/0001-11 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		<b>DATA DE ABERTURA</b> 06/04/2018
<b>NOME EMPRESARIAL</b> PML SERVICOS MEDICOS LTDA			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> *****			<b>PORTE</b> ME
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
<b>LOGRADOURO</b> AV 3 AVENIDA		<b>NÚMERO</b> 601	<b>COMPLEMENTO</b> SALA 703
<b>CEP</b> 88.330-087	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> CENTRO	<b>MUNICÍPIO</b> BALNEARIO CAMBORIU	<b>UF</b> SC
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> PATRICIAMLAZZARI@HOTMAIL.COM		<b>TELEFONE</b> (47) 9696-4502	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 06/04/2018	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	



Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 16/10/2024 às 17:54:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 15/01/2025 15:50:11

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: PML SERVICOS MEDICOS LTDA  
CNPJ: 30.130.788/0001-11

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU  
Cadastro: Licitantes Inidôneos  
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: CNJ  
Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade  
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: Portal da Transparência  
Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas  
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: Portal da Transparência  
Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas  
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



## Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

Rua Dinamarca, 320 - Bairro das Nações - 88.338-900 - Balneário Camboriú/ SC  
CNPJ: 83.102.285/0001-07 Fone: 3267-7000  
<http://www.bc.sc.gov.br>

Página  
1 / 1



### Certidão Negativa de Débitos

Número: 2024262324/2025  
Data de emissão: 15/01/2025

#### Nome/Razão Social

Contribuinte: PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
Cód. contribuinte: 250483  
CPF/CNPJ: 30.130.788/0001-11  
Inscrição estadual:

#### Endereço/Localização

Logradouro: 3 AVENIDA  
Número: 601  
Compl: SALA:703  
CEP: 88.330-087  
Bairro: CENTRO  
Cidade: Balneário Camboriú  
Estado: SC

#### Finalidade

Certidão de pessoa

#### Validade

Esta certidão tem validade até 15/04/2025.

#### Aviso

**NÃO CONSTAM** débitos constituídos em aberto para o sujeito passivo acima até a data de emissão desta certidão.

Reservado o direito a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM PENDÊNCIAS** em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.



Para a validação do documento acesse o QRCode ou no portal da Prefeitura utilize a chave de validação.

0dfa5484-4b0f-47de-97c8-194019f9faf



[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do  
FGTS - CRF****Inscrição:** 30.130.788/0001-11**Razão****Social:** PML SERVICOS MEDICOS EIRELI**Endereço:** AVENIDA AV 3 AVENIDA 601 / CENTRO / BALNEARIO CAMBORIU / SC / 88330-087

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/03/2025 a 05/04/2025**Certificação Número:** 2025030702035012965424

Informação obtida em 19/03/2025 07:46:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: PML SERVICOS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 30.130.788/0001-11

Certidão nº: 15836124/2025

Expedição: 19/03/2025, às 07:49:05

Validade: 15/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que PML SERVICOS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 30.130.788/0001-11, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **PML SERVICOS MEDICOS LTDA**  
CNPJ/CPF: **30.130.788/0001-11**  
(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**  
Número da certidão: **250140014568700**  
Data de emissão: **15/01/2025 15:47:39**  
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **14/07/2025**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente  
Impresso em: 15/01/2025 15:47:38

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 81.951.310/0001-55 - Data/Hora: 15/01/2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PML SERVICOS MEDICOS LTDA  
CNPJ: 30.130.788/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 14:39:52 do dia 07/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/09/2025.

Código de controle da certidão: 6B3C.5380.3298.DCC7

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Número do pedido: 3522373  
FOLHA: 1 / 1



**CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 3522373**  
**Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)**

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

**NOME: PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

Raiz do CNPJ: 30.130.788

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : BALNEARIO CAMBORIU

Endereço da sede : Terceira Avenida nº 601, Sala 702 - Centro - Balneário Camboriú/SC - CEP 88330 - 592

Certidão emitida às 16:17 de 15/01/2025.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.






## DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE

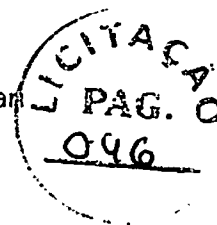
A Clínica PML SERVIÇOS MEDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 30.130.788.0001 – 11, localizada na 3ª Avenida, nº 601, Esquina com a Rua 904 - ALECI CENTRO EMPRESARIAL - 7º andar, Sala 702 - Centro, Balneário Camboriú, DECLARA , para fins de participação, que possui ESTRUTURA E CAPACIDADE TECNICA para a execução da prestação de serviços, conforme os ditames editalícios, com a capacidade mínima de atendimentos mensal aos beneficiários:

- Consulta: 20
- Exerese: 20

Balneário Camboriú, 08 de Novembro 2024

Documento assinado digitalmente  
 PATRICIA MAFRA LAZZARI  
Data: 08/11/2024 15:21:42-0300  
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Patricia Mafra Lazzari



## DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL

A Clínica PML SERVIÇOS MEDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ 30.130.788.0001 – 11, sediada na localização 3ª Avenida nº601, Esquina com a Rua 904 – ALECI CENTRO EMPRESARIAL-7º Andar, Sala 702 – Centro, Balneário Camboriú, declara para os devidos fins que nossa clinica não possui contratos firmados com nenhuma instituição

Balneário Camboriú 08 de Novembro 2024

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** PATRICIA MAFRA LAZZARI  
Data: 08/11/2024 15:20:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Patricia Mafra Lazzari

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO TRABALHO DO  
MENOR**

PML SERVIÇOS MEDICOS EIRELI, com sede na 3ª Avenida, nº 601, Esquina com a Rua 904 - ALECI CENTRO EMPRESARIAL - 7º andar, Sala 702 - Centro, Balneário Camboriú, inscrita no CNPJ sob o nº 30.130.788.0001 – 11 vem através de seu representante legal infra-assinado, em atenção a Lei 14.133/2021, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, regulamentada e que não será utilizada mão de obra de menores de dezoito (18) anos de idade em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não será utilizada mão de obra de menores de dezesseis (16) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendizes.

Balneário Camboriú, 01 de Novembro 2024

Documento assinado digitalmente  
gov.br PATRICIA MAFRA LAZZARI  
Data: 06/11/2024 11:45:05-0300  
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

Patricia Mafra Lazzari





## DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

PML SERVIÇOS MEDICOS IRELI, inscrita no CNPJ 30.130.788.0001 – 11, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) Patricia Mafra Lazzari, portador (a) da Carteira de identidade n° 4.775.889 e do CPF n° 068.978.349- 39, DECLARA que:

- 1) Não Possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segunda grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Balneário Camboriú, 01 de Novembro 2024



Documento assinado digitalmente  
**PATRICIA MAFRA LAZZARI**  
Data: 06/11/2024 11:41:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Patricia Mafra Lazzari



**DECLARAÇÃO DE SUPERVENIENCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO**

PML SERVIÇOS MEDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ 30.130.788.0001 – 11, sediada na localização 3ª Avenida, nº 601, Esquina com a Rua 904 - ALECI CENTRO EMPRESARIAL - 7º andar, Sala 702 - Centro, Balneário Camboriú, declara, sob penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação junto a processo licitatório da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Balneário Camboriú, 01 de Novembro 2024



Documento assinado digitalmente  
PATRICIA MAFRA LAZZARI  
Data: 06/11/2024 11:45:50 -0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Patricia Mafra Lazzari



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 001/2024**

**MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**

Contrato nº XXX/2025

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPOSTA POR HOSPITAIS, CLÍNICAS, SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS, ATENDIMENTOS MÉDICOS E TRATAMENTOS SERIADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - FUNSERVIR, E A PESSOA JURÍDICA PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - FUNSERVIR, órgão integrante da Administração Direta Municipal, inscrito no CNPJ 14.674.100/0001-08, com sede na Rua 200 nº 500 – Centro – CEP 88330-648 - Balneário Camboriú - SC, neste ato representado pelo Secretário de Gestão de Pessoas, Sr. Ary Euclides de Souza Filho, RG 18079385 – SSP - SC e CPF 665.404.619-68, no uso das atribuições, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a pessoa jurídica PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ 30.130.788.0001-11, localizada à Terceira Avenida nº 601 – sala 703 – Bairro Centro – Balneário Camboriú/SC, CEP 88330-087, telefone: (47) 9 9696-4502 - e-mail: clinicapatricialazzari@gmail.com, doravante denominada **CREDENCIADA**, neste ato representada pela Sra. Patrícia Mafra Lazzari, RG 4.775.889 SSP-SC e CPF 068.978.349-39, resolvem celebrar o presente contrato de credenciamento, por inexigibilidade de licitação, com base na Lei 14.133/2021, em conformidade com os termos do Edital de Credenciamento 01/2024 e, ainda, conforme proposta da **CREDENCIADA**, os quais farão parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente instrumento tem por objeto o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços de assistência à saúde (serviços médicos, hospitalares e de saúde) aos beneficiários do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú - FUNSERVIR, nos termos do edital, deste contrato e dos seus anexos.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

**Parágrafo único** – A **CREDENCIADA** disponibilizará profissional (ais) habilitado (s) na (s) seguinte (s) área (s) do conhecimento, especialidade (s), área (s) de atuação ou serviço(s): Especialidade(s): DERMATOLOGIA, *conforme elencados no anexo I*, parte integrante deste.

#### DO FUNDAMENTO LEGAL

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente credenciamento será regido com base no art. 6, XLIII, o inciso IV do art. 74, o art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o Decreto Federal nº 11.878/2024 que regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 13.709/2018, juntamente com o Decreto Municipal nº 11.209/2023, art. 29 e a Lei Municipal nº 4.296/2019 do Regulamento Geral do FUNSERVIR e demais alterações, e na proposta apresentada pela **CREDENCIADA**, devidamente anuída.

#### DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Os serviços referidos na cláusula primeira obedecerão ao estipulado neste instrumento bem como às obrigações assumidas na carta-proposta apresentada pela **CREDENCIADA**, devidamente anuída, a qual, independente de transcrição, fará parte integrante do presente ajuste, naquilo que não contrariar suas disposições.

#### DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**CLÁUSULA QUARTA** – A **CREDENCIADA** prestará os serviços previstos no objeto deste contrato, no edital e seus anexos, em Balneário Camboriú, e onde existam prestadores devidamente credenciados, nas especialidades médicas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, e nas especialidades de saúde, reconhecidas pelos respectivos Conselhos de Classe, desde que previamente aprovadas pelo **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os serviços prestados pela **CREDENCIADA** deverão atender às seguintes disposições:

I - Serão cobertas as despesas referentes aos serviços médicos, hospitalares, ambulatoriais, emergência/urgência, cirúrgicos, auxiliares de diagnose e terapias, serviços fonoaudiológicos, psicoterápicos, fisioterápicos, pilates, acupuntura, nutrição, terapias ocupacional e multidisciplinar, juntamente com outros constantes da Tabela de Referência para Convênios e Credenciamentos do FUNSERVIR - tabelas Taxas e Diárias disponíveis

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

no sítio eletrônico do FUNSERVIR <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

II - Os serviços serão prestados nas dependências da **CREDENCIADA**, previamente vistoriadas pelo **CREDENCIANTE**, por meio de corpo clínico fechado ou aberto.

a) Entende-se por corpo clínico fechado, quando os profissionais que atuam nas dependências da instituição credenciada possuem vínculo contratual com esta.

b) Entende-se por corpo clínico aberto, quando os profissionais que atuam nas dependências da instituição credenciada não possuem vínculo contratual com esta.

III - A prestação de serviços por meio de corpo clínico aberto somente será permitida quando se tratar de hospitais.

IV - Independentemente da modalidade de corpo clínico adotada, a **CREDENCIADA** responderá pela atuação dos profissionais que atendem em suas dependências.

V - As internações hospitalares abrangerão serviços médico-hospitalares em hospitais gerais, hospitais especializados, maternidades, prontos-socorros gerais e especializados e Unidades de Terapia Intensiva - UTI's.

VI - As internações hospitalares ocorrerão em apartamento dotados de aposento climatizado com máximo de 2 (dois) leitos, acomodação para acompanhante, banheiro privativo, mobiliário necessário ao paciente, alimentação, sendo assegurado, sem ônus para o beneficiário e para o **CREDENCIANTE**, a utilização de apartamento de padrão individual, em caso de indisponibilidade do apartamento com 2 (dois) leitos.

VII - O serviço de pronto-socorro previsto no inciso V deverá propiciar atendimento de urgência e emergência disponível 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

#### **DA CLIENTELA**

**CLÁUSULA QUINTA** - A clientela dos serviços previstos neste contrato constituir-se-á, exclusivamente, pelos beneficiários inscritos no **FUNSERVIR/CREDENCIANTE**.

#### **DO ACESSO AOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA SEXTA** – Os serviços serão prestados mediante a apresentação do documento de identificação com foto e carteira de identificação (física ou digital), pelo beneficiário, e consulta automática de sua situação cadastral, pela **CREDENCIADA**, no sistema automatizado do **CREDENCIANTE** (portal do prestador).

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica dispensada a obrigatoriedade de apresentação da carteirinha física ou digital, uma vez que o sistema automatizado possibilita a consulta automática da situação cadastral do beneficiário.

### **DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Os preços, os procedimentos e suas instruções gerais serão os constantes das tabelas de preços adotadas pelo **CREDENCIANTE**.

I - A Tabela de Referência para Credenciamentos do FUNSERVIR e as tabelas de Taxas e Diárias, bem como dos demais procedimentos e as instruções gerais, serão disponibilizadas no sítio eletrônico do FUNSERVIR <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024

II - Excepcionalmente, poderão ser adotados preços diferenciados, conforme ato normativo do FUNSERVIR, cujas razões deverão ser constar dos autos do **CREDENCIADO** com as devidas exposições de motivo para essa finalidade.

III - As despesas decorrentes dos atendimentos prestados aos beneficiários deverão ser encaminhadas ao **CREDENCIANTE** para faturamento, por meio de sistema automatizado.

IV - Para fins de pagamento das despesas serão considerados os valores vigentes nas tabelas, na data do atendimento.

V - Procedimentos não previstos nas tabelas adotadas pelo **CREDENCIANTE** serão passíveis de avaliação técnica e negociação entre as partes, se cabível, desde que a **CREDENCIADA** apresente, previamente ao atendimento, proposta comercial na qual conste, no mínimo, as seguintes informações: descrição do procedimento, codificação da Terminologia Unificada da Saúde Suplementar - TUSS, se houver, fundamentação técnica e valor proposto.

VI - A proposta comercial prevista no item anterior será avaliada pelo **CREDENCIANTE**, que emitirá parecer favorável ou não à inclusão do item no rol de cobertura.

VII - A **CREDENCIADA** não poderá cobrar diretamente do beneficiário, de forma particular, valores relativos aos pacotes, procedimentos, materiais, medicamentos, tratamentos ou outros itens não cobertos ou não autorizados pelo **CREDENCIANTE**.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

a) A cobrança direta ao beneficiário somente será admitida quando este, após tomar ciência de que se trata de item não coberto ou não autorizado pelo FUNSERVIR, assumir a responsabilidade pelo pagamento da despesa.

b) Na exceção contida no item anterior, a anuência do beneficiário deverá ser prévia ao atendimento e o termo de responsabilidade, a ser assinado pelo paciente ou seu representante, deverá indicar os pacotes, procedimentos, materiais, medicamentos ou outros itens contratados, bem como seus respectivos valores.

c) O FUNSERVIR não se responsabilizará, ainda que solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas voluntariamente pelos beneficiários.

d) A cobrança direta ao beneficiário, salvo na situação prevista na alínea “a”, configurará descumprimento contratual, sujeitando a **CREDENCIADA** às penalidades administrativas previstas neste Edital e no contrato, sem prejuízo da suspensão da cobrança.

#### **DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS**

**CLÁUSULA OITAVA** - Os honorários profissionais bem como as despesas com diárias, taxas, materiais medicinais e demais serviços e procedimentos serão pagos com base nos códigos, descrições, referenciais de valores e instruções na tabela praticada pelo FUNSERVIR, disponível no Portal do FUNSERVIR em ([www.funservir.com.br](http://www.funservir.com.br)) > Prestadores > Tabelas de Referência.

I - A Unidade de Custo Operacional - UCO, contemplada na tabela praticada pelo FUNSERVIR, inclui a depreciação de equipamento, manutenção, mobiliário, imóvel, aluguel, folha de pagamento e outras despesas comprovadamente associadas aos procedimentos médicos.

II - Para a solicitação de autorização e faturamento dos honorários profissionais deverá ser utilizada somente a codificação existente na tabela praticada pelo **CREDENCIANTE**, vigente na data do atendimento.

#### **DOS SERVIÇOS HOSPITALARES**

**CLÁUSULA NONA** - Os serviços hospitalares contemplam taxas, diárias e gases medicinais e serão pagos com base nos códigos, preços e instruções das tabelas Taxas e Diárias disponíveis no sítio eletrônico do FUNSERVIR <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

I - A **CREDENCIADA** deverá observar a tabela de serviços hospitalares compatível com a sua classificação, definida em parecer emitido pela área técnica do **CREDENCIANTE**.

II - Para a solicitação de autorização e faturamento das taxas, diárias, serviços hospitalares e gases medicinais deverá ser utilizada somente a codificação existente nas tabelas Taxas e Diárias disponíveis no sítio eletrônico do FUNSERVIR <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 vigente na data do atendimento.

#### **DOS MEDICAMENTOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A tabela referencial de preços para medicamentos será a tabela própria do FUNSERVIR, constante no Portal do FUNSERVIR em <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

I - Quando houver divergência frente ao valor dos medicamentos praticados na tabela do FUNSERVIR, o **CREDENCIANTE** deverá requerer através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

II - Caso o medicamento não conste na tabela referencial do FUNSERVIR, o **CREDENCIANTE** deverá requerer a inclusão através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao deferimento ou indeferimento do mesmo.

#### **DOS MATERIAIS DESCARTÁVEIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A tabela referencial de preços para materiais descartáveis será a tabela própria do FUNSERVIR, constante no Portal do FUNSERVIR em <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024

I - Quando houver divergência frente ao valor dos materiais praticados na tabela do FUNSERVIR, o **CREDENCIANTE** deverá requerer através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

II - Caso o material não conste na tabela referencial do FUNSERVIR, o



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

CREDENCIANTE deverá requerer a inclusão através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

#### **DAS ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME's**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - As Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME's serão pagos mediante a adoção do seguinte protocolo:

I - A tabela referencial de preços para as órteses, próteses e materiais especiais – OPME será a tabela própria do FUNSERVIR, constante no Portal do FUNSERVIR em <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024

II - As Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME's serão pagos mediante a autorização e comprovação de utilização.

III - Quando houver divergência frente ao valor das Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME's praticados na tabela do FUNSERVIR, o CREDENCIANTE deverá requerer através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

IV - Caso as Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME's não constem na tabela referencial do FUNSERVIR, o CREDENCIANTE deverá requerer a inclusão através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

#### **DOS PACOTES**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - A critério do CREDENCIANTE, poderão ser negociadas cobranças na modalidade pacote, no qual poderão estar contemplados honorários, materiais, medicamentos e serviços hospitalares.

I - Na proposta comercial de pacotes deverão constar no mínimo as seguintes informações:

a) discriminação individualizada dos itens que comporão o pacote (código, descrição, quantidade, preço unitário e total);

b) itens excluídos;

c) fundamentação técnica;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

---

d) valor total proposto.

II - A negociação poderá ser firmada caso se verifiquem a economicidade, a viabilidade operacional, a existência de demanda pelo procedimento, dentre outros aspectos.

III - Os pacotes negociados, com seus respectivos valores, constarão da tabela praticada pelo FUNSERVIR e deverão ser observados pelos prestadores para a cobrança do procedimento.

IV - Será vedada a cobrança do procedimento em conta aberta, na hipótese de o procedimento constar da modalidade preço-pacote.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Além das obrigações expressamente previstas no edital, neste contrato e seus anexos e de outras decorrentes da natureza do credenciamento, a **CREDENCIADA** compromete-se a:

I - Prestar os serviços em conformidade com as disposições deste instrumento e seus anexos, com base nas tabelas de preços e nas instruções gerais adotadas pelo **CREDENCIANTE**, observando, ainda, o disposto nos códigos de ética das categorias profissionais relacionadas aos serviços prestados, no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei n. 8.078, de 11/09/1990, e na Lei n. 14.133/2021, no que couber, juntamente com a Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações.

II - Tomar ciência e observar o Regulamento Geral e demais normas complementares do FUNSERVIR/CREDENCIANTE.

III - Consultar periodicamente a tabela praticada pelo FUNSERVIR, suas instruções gerais e as tabelas Taxas e Diárias, disponibilizadas no sítio eletrônico do **CREDENCIANTE**, <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 para acompanhamento das atualizações.

IV - Prestar os serviços aos beneficiários do FUNSERVIR em hospitais, clínicas médicas, clínicas de radiologia, de fisioterapia e terapia ocupacional, de psicologia e fonoaudiologia, laboratórios de análises clínicas e demais serviços afins de profissionais e empresas, mediante a apresentação do documento de identidade com foto e carteira de

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

---

identificação física ou digital, após verificada a elegibilidade no sistema automatizado do **CREDENCIANTE**.

V - Prestar o imediato atendimento aos beneficiários do FUNSERVIR, nos casos de urgência e emergência, independentemente de autorização no sistema automatizado do **CREDENCIANTE**.

VI - Atualizar, junto ao **CREDENCIANTE**, as alterações promovidas no ato constitutivo e no perfil tributário da empresa, bem como os documentos exigidos no processo de credenciamento que tenham suas validades expiradas.

VII - Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições pactuadas, sendo obrigatório manter a regularidade fiscal e a capacidade técnica e operativa; podendo o **CREDENCIANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação dessas condições.

VIII - Encaminhar, anualmente, declaração de optante pelo simples nacional, caso a **CREDENCIADA** seja optante pelo regime, nos termos do anexo IV da Instrução Normativa - IN 1234/2012, até o 5º dia do mês de janeiro, como condição para o pagamento pelos serviços prestados.

IX - Faturar os serviços prestados, única e exclusivamente, por meio do contrato de credenciamento, sendo defeso, durante sua vigência, utilizar-se de qualquer outro meio (intermediários ou associações).

X - Encaminhar as faturas dos serviços prestados ao **CREDENCIANTE** para pagamento das despesas, sendo vedada, à **CREDENCIADA**, cobrar diretamente do beneficiário, de forma particular, valores relativos aos pacotes, procedimentos, materiais, medicamentos ou outros itens não cobertos ou não autorizados pelo FUNSERVIR, salvo na situação prevista no item 11.7.1 do edital.

XI - Permitir a realização de auditoria do **CREDENCIANTE** in loco, para:

- a) identificação do rol de beneficiários do FUNSERVIR em atendimento;
- b) análise, por auditores formalmente indicados pelo **CREDENCIANTE**, dos prontuários médicos, bem como de todas as anotações e peças que os compõem, tais como: boletins de anestesia, resultados de exames, laudos, pareceres e relatórios dos profissionais assistentes, prescrições e evoluções;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

c) visita ao paciente com observação crítica de seu estado, correlacionando-o com o prontuário médico e com os demais registros clínicos, para emissão de relatório técnico de visita;

d) discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário, para o satisfatório desempenho das funções de auditoria.

e) auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando prontuário médico e relatório de auditoria hospitalar;

f) auditoria nas clínicas médicas, clínicas de radiologia, de fisioterapia e terapia ocupacional, de psicologia e fonoaudiologia, laboratórios de análises clínicas e demais serviços afins de profissionais e empresas;

g) elaboração de relatório de auditoria.

XII - Informar, em prazo a ser comunicado pelo **CREDENCIANTE**, a relação de beneficiários do FUNSERVIR em regime de internação.

XIII - Fornecer, a qualquer tempo, todas as informações pertinentes aos serviços prestados aos beneficiários, a critério do **CREDENCIANTE**.

XIV - Informar a mudança de endereço do local da prestação dos serviços, para fins de realização de vistoria.

XV - Informar a composição e as alterações do seu corpo clínico, quando fechado, observando o envio da documentação exigida.

XVI - Disponibilizar, aos beneficiários do FUNSERVIR, somente profissionais registrados nos respectivos conselhos de classe.

XVII - Solicitar formalmente a inclusão de novas especialidades médicas e de saúde, observando a documentação exigida, exceto quando se tratar de hospitais gerais.

XVIII - Garantir a disponibilidade, nos casos de corpo clínico aberto, de profissionais que atendam em regime de urgência e emergência.

XIX - Finalizar os atendimentos já iniciados, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do **CREDENCIANTE** ou por desistência do beneficiário.

XX - Apresentar esclarecimentos referentes à prestação dos serviços, no prazo definido pelo **CREDENCIANTE**.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

XXI - Abster-se de exigir garantia, como cheque, caução ou outro documento, como condição para prestar o atendimento ao beneficiário do FUNSERVIR.

XXII - Abster-se de cobrar por serviços não executados ou executados parcialmente e irregularmente.

XXIII - Abster-se de exigir fornecedor ou marca comercial para a aquisição de OPME's.

XXIV - Abster-se de subcontratar serviços, no todo ou em parte, de profissional que não seja integrante do corpo clínico.

XXV - Indenizar os beneficiários do FUNSERVIR por danos decorrentes de culpa ou dolo de seus profissionais ou prepostos, incluindo-se aqueles que atuem em regime de corpo clínico aberto, após regular procedimento administrativo para apuração, sendo assegurados a ampla defesa e o contraditório.

XXVI - Cumprir todas as obrigações decorrentes da natureza do credenciamento.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Além das demais obrigações previstas neste contrato, no edital e seus anexos, e de outras decorrentes da natureza do credenciamento, o **CREDENCIANTE** compromete-se a:

I - Disponibilizar consulta automática de elegibilidade do beneficiário, por meio de sistema automatizado do **CREDENCIANTE**.

II - Disponibilizar acesso ao sistema automatizado do **CREDENCIANTE** ou outro meio adequado para emissão das autorizações.

III - Disponibilizar informações da rede credenciada aos beneficiários do FUNSERVIR.

IV - Disponibilizar à **CREDENCIADA** as instruções gerais do FUNSERVIR relacionadas à prestação dos serviços, procedendo atualização sempre que necessário.

V - Adotar medidas necessárias à gestão e fiscalização dos contratos de credenciamento.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

VI - Notificar a **CREDENCIADA** a respeito de quaisquer irregularidades constatadas que comprometam a regular prestação dos serviços, bem como solicitar a adoção de medidas corretivas.

VII - Realizar o pagamento pelos serviços prestados com base nos valores constantes dos referenciais de preços adotados pelo **CREDENCIANTE**.

VIII - Cumprir todas as obrigações decorrentes da natureza do credenciamento.

#### DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos de credenciamento serão realizados pela Direção de Saúde Suplementar do FUNSERVIR, que será responsável pela fiscalização da execução deste instrumento contratual com o apoio de auditor (es) do quadro próprio indicados através do Decreto nº 11.132/2023 e suas reformulações ou contratado (s), registrando eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias para o seu fiel cumprimento e dos serviços assistenciais da rede de prestadores, considerando os níveis de resolubilidade, segurança, complexidade e conforto para o paciente;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A existência e a atuação da fiscalização pelo **CREDENCIANTE** em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CREDENCIADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Durante a execução dos contratos de credenciamento, os gestores de contrato terão competência para registrar as ocorrências que caracterizem descumprimento contratual, e, se cabível, sugerir aplicação das penalidades previstas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos de credenciamento, pelo **CREDENCIANTE**, não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da **CREDENCIADA** pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais, por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

#### DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Os empregados da **CREDENCIADA** não terão vínculo empregatício com o **CREDENCIANTE**, não havendo, portanto, qualquer solidariedade

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias, devidas aos empregados da **CREDENCIADA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Eventual inadimplemento, pela **CREDENCIADA**, dos encargos previstos no caput desta cláusula, não transfere ao **CREDENCIANTE** a responsabilidade pelo pagamento e nem poderá onerar o objeto do credenciamento.

#### **DO FATURAMENTO, GLOSAS E DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – A **CREDENCIADA** deverá apresentar os documentos de cobrança sempre que houver prestação de serviços previstos neste contrato de credenciamento, nas datas estipuladas pelo FUNSERVIR/CREDENCIANTE, em calendário a ser divulgado anualmente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As faturas, bem como os demais documentos que devem acompanhá-las, deverão ser entregues preferencialmente por meio digital via Portal do Prestador ou na sede do FUNSERVIR, localizado na Rua 200, 500 – Centro – Balneário Camboriú – SC;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CREDENCIADA** deverá apresentar os documentos de cobrança referentes aos serviços concluídos, em período definido pelo FUNSERVIR e divulgado no sítio eletrônico, bem como indicar o banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deva ser efetuado, além do endereço eletrônico para recebimento dos dados do faturamento;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso o faturamento tenha por base serviços que deixaram de ser cobrados na época devida, os valores a serem faturados serão os vigentes na data do atendimento;

**PARÁGRAFO QUARTO** - Deverão ser refaturados, com os valores vigentes na época do primeiro faturamento, os valores dos serviços que tenham sido glosados em virtude do encaminhamento do documento de cobrança sem a observância das formalidades previstas neste Edital.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Por ocasião de cada pagamento, o FUNSERVIR exigirá da **CREDENCIADA** os seguintes documentos (PF pessoa física – PJ pessoa jurídica):

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

---

a) **PJ** - Certidão de Regularidade do FGTS- CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

b) **PJ e PF** - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretária da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;

c) **PJ** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

d) **PJ e PF** - prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CREDENCIADA;

e) Sobre o valor devido ao **CREDENCIADO PESSOA JURÍDICA**, o **CREDENCIANTE** efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN conforme LC 116/2003 e legislação específica de cada município.

f) Sobre o valor devido ao **CREDENCIADO PESSOA FÍSICA**, o **CREDENCIANTE** efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), conforme Lei 7.713/1988, contribuição previdenciária para a Seguridade Social – INSS, conforme IN RFB 971/2009, e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme LC 116/2003 e legislação específica de cada município.

g) Caberá ao **CREDENCIADO**, se julgando dispensado do recolhimento de algum dos tributos citados nos itens e) e f), comprovar e informar o diploma legal da alegada isenção.

h) Caberá ao **CREDENCIADO PESSOA FÍSICA** a apresentação da guia do ISSQN e o seu respectivo comprovante de pagamento (mensal, trimestral ou anual), conforme legislação municipal do seu estabelecimento/domicílio tributário (não sendo aceito comprovante de agendamento), para fins de não retenção na fonte do imposto.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

i) Caberá ao **CREDENCIADO PESSOA FÍSICA** apresentar declaração referente à contribuição para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), para fins de não retenção na fonte da contribuição, conforme art. 64 da IN 971/2009 da SRFB.

j) Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

k) O **CREDENCIADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, deverá indicar essa condição no documento fiscal, que será aferida em consulta ao Portal do Simples Nacional.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da entrega da nota fiscal e os documentos elencados no **PARÁGRAFO QUINTO**, mediante crédito em conta bancária da **CREDENCIADA**, produzindo o depósito os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida;

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, CNPJ nº 14.674.100/0001-08, Rua 200, 500 – Centro – CEP 88330-648 – Balneário Camboriú - SC.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As notas fiscais e o arquivo XML deverão ser emitidos obedecendo ao critério da data de atendimento, não sendo permitida a inclusão de atendimentos realizados em anos distintos em uma mesma nota fiscal;

**PARÁGRAFO NONO** - A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no edital, na nota de empenho, neste Contrato de Credenciamento ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CREDENCIADA** e, nesse caso, o prazo previsto no **PARÁGRAFO SEXTO**, será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização;

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Os dados das despesas realizadas serão encaminhados em meio eletrônico e/ou físico pela **CREDENCIADA**, de acordo com as especificações

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

---

definidas pelo FUNSERVIR e apresentados os comprovantes respectivos para fins de validação e pagamento das contas faturadas;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CREDENCIADA**, após a prestação dos serviços, terá até 90 (noventa) dias para apresentar as faturas, contados da data do atendimento ao beneficiário e/ou do dia de alta do paciente, no caso de internação. Fora desse prazo, somente com prévia justificativa escrita e com autorização do FUNSERVIR;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A cobrança dos serviços prestados** será feita pela **CREDENCIADA**, cujo faturamento deverá ser executado no padrão TISS (Troca de Informações em Saúde Suplementar), em arquivo XML (eXtensible Markup Language), com até 100 (cem) guias de atendimento de SADT - Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico e CONSULTAS por fatura ou até 25 (vinte e cinco) guias de atendimento de INTERNAÇÕES por fatura.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO -** Será utilizada a versão 3.03.XX ou versão determinada pelo FUNSERVIR para o arquivo XML, a ser encaminhado pelo Portal Prestadores (<https://prestador.funservir.com.br>).

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A CREDENCIADA** deverá encaminhar, em meio físico ou digital, para efeito de auditoria, a relação discriminada das diárias, dos medicamentos empregados, dos exames realizados e do material utilizado, prescrições médicas, guias com carimbo do médico e assinatura do beneficiário, bem como a cópia da autorização do **CREDENCIANTE**, quando houver;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO -** Os prontuários dos pacientes, bem como todas as anotações e peças que os compõem, tais como: boletins de anestesia, resultados de exames, laudos, pareceres e relatórios de enfermagem poderão ser consultados por auditores formalmente indicados pelo **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO -** Os documentos supracitados poderão ser solicitados pela **CREDENCIANTE**, nos casos admitidos pelo Código de Ética Médica, para fins de auditoria - ou por determinação judicial;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO -** Os dados dos beneficiários encaminhados pelo FUNSERVIR e os resultantes da execução dos serviços terão caráter confidencial, para uso exclusivo conforme os fins previstos neste Edital;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

---

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - O FUNSERVIR não aceitará, em nenhum momento, a ausência de informações nos campos obrigatórios dos arquivos a serem enviados pela **CREDENCIADA**. A obrigatoriedade de campos será especificada na definição do layout dos arquivos, informado pelo FUNSERVIR;

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Poderá o FUNSERVIR, após efetuar análise dos documentos de cobrança apresentados para pagamento, questionar os valores cobrados, deduzindo o valor destas da própria fatura ou, no caso de pagamento integral, a **CREDENCIADA** deverá devolver o valor apurado. Em qualquer caso, a **CREDENCIANTE** apontará as divergências justificadas nas faturas encaminhadas à **CREDENCIADA**;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - Não se considerará, para pagamento, no todo ou em parte, as faturas que não cumprirem as formalidades estipuladas neste Edital;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Nenhum pagamento será efetuado à **CREDENCIADA** enquanto pendente de cumprimento qualquer requisito formal exigido no Edital, na nota de empenho ou no Contrato de Credenciamento. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - Em caso de glosas, a **CREDENCIANTE** fica obrigada a realizar a reclamação por escrito, com as devidas justificativas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da emissão da nota fiscal;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** - Será aplicada glosa total nos procedimentos realizados sem autorização prévia da **CREDENCIANTE**, quando estes assim exigirem;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** - Para a apuração e conciliação por parte da **CREDENCIADA** fica estipulado um prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da reclamação para contestar os valores glosados, por meio da apresentação de recurso escrito contendo os seguintes dados:

- a) número do protocolo de entrega de guia;
- b) matrícula do beneficiário;
- c) nome do beneficiário;
- d) data do atendimento;
- e) discriminação do(s) item(ns) glosado(s);
- f) valor do(s) item(ns) glosado(s);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

---

g) fundamentação para revisão da glosa.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO** - Se devida a glosa, a **CREDENCIADA** terá o prazo de até 10 (dez) dias contados da data da conciliação para realizar o pagamento em conta corrente;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO** - A **CREDENCIADA** acompanhará os pagamentos efetuados, bem como as glosas porventura realizadas, por meio do Portal do FUNSERVIR na internet;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO** - A documentação probatória da prestação dos serviços será recebida pelo Departamento de Faturamento do FUNSERVIR, que procederá à auditoria, análise e conferência de acordo com o rol de cobertura, as orientações e os referenciais de preços estabelecidos no Contrato de Credenciamento;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO** - A contestação parcial da prestação dos serviços, devidamente ressalvada em forma de glosa, não impede o recebimento e o pagamento dos demais serviços, sem prejuízo de a **CREDENCIADA**, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, recorrer da decisão.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO** - O recebimento da documentação probatória da prestação dos serviços, não exclui as responsabilidades civil e penal da **CREDENCIADA**.

**Dados Bancários CREDENCIADO Pessoa Jurídica:**

Código Banco: 341 - Banco: Itaú – Agência: 8490 - Conta Corrente: 98549-9

#### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta da Unidade Gestora: 8 - Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR - Unidade Orçamentária: 28002 - FUNSERVIR - SAÚDE COMPLEMENTAR - Ação: 2.166 - Manutenção das Atividades do Programa de Saúde do Servidor - Despesa 399 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 100627 - Recursos Diretos - FUNSERVIR - 1.759.7000.

#### **DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – Na hipótese de a **CREDENCIADA** receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento dos valores e atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

Fundação Getúlio Vargas - FGV, "*pro rata temporis*", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, devendo o CREDENCIANTE notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à CREDENCIADA manifestar-se sobre a quantia indevida apurada pelo CREDENCIANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso o IPCA não possa mais ser utilizado, a atualização dos valores será com base no Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI.

#### DO REAJUSTE

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** – Os valores constantes dos referenciais de preços adotados pelo FUNSERVIR, poderão ser majorados, obedecendo a periodicidade mínima de 1 (um) ano, contada a partir da última atualização de preço, ocorrida durante a vigência contratual, e observando como limite máximo de 100% sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para o período correspondente a data base adotada pelo CREDENCIANTE.

#### DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** - A CREDENCIADA tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato de credenciamento, procedendo-se à sua revisão, a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente a execução do objeto do credenciamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CREDENCIADA, quando for o caso, deverá formular ao CREDENCIANTE requerimento para a revisão do contrato de credenciamento, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente a execução do objeto do credenciamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão das obrigações pactuadas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O requerimento do pedido deve vir acompanhado das planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão das obrigações pactuadas, com a comprovação da repercussão do aumento dos preços nos valores do objeto do credenciamento.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O **CREDENCIANTE**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato de credenciamento.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Independentemente de solicitação, o **CREDENCIANTE** poderá convocar a **CREDENCIADA** para negociar redução dos preços, mantendo-se o mesmo objeto pactuado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta de credenciamento, em virtude da diminuição dos preços no mercado, amplamente reconhecida.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As alterações decorrentes da revisão do contrato de credenciamento serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no portal do **CREDENCIANTE** <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 e <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>

#### **DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** - A suspensão temporária da prestação dos serviços poderá ser requerida pela **CREDENCIADA**, desde que solicitada formalmente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, da qual constarão o motivo do pedido, a indicação do período e, se for o caso, dos serviços que serão suspensos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pedido será apreciado pelo **CREDENCIANTE**, que se manifestará até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em hipótese alguma, poderá haver suspensão da prestação dos serviços, sem prévia anuência do **CREDENCIANTE**, sob pena de aplicação de penalidade, por descumprimento contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** O **CREDENCIANTE** poderá suspender temporariamente a prestação dos serviços, na hipótese de irregularidade na execução do contrato, até

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

decisão final exarada em processo administrativo específico, observados o contraditório e a ampla defesa.

#### DO DESCREDENCIAMENTO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA** – A **CREDENCIADA** poderá solicitar o credenciamento, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, nos termos do inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de encerramento das atividades da **CREDENCIADA**, o lapso temporal constante no item anterior poderá ser afastado, mediante declaração expressa da **CREDENCIADA** acerca da inexistência de beneficiários em atendimento e ou tratamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de credenciamento, a pedido da **CREDENCIADA**, o prazo para interrupção dos serviços prestados não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da anuência do **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O credenciamento deverá ocorrer sem prejuízo dos tratamentos em curso aos beneficiários do FUNSERVIR.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A **CREDENCIADA** deverá informar ao **CREDENCIANTE** acerca dos beneficiários do FUNSERVIR que estejam em regime de internação, em tratamento ambulatorial continuado, e em terapias com indicação da data de início do atendimento e previsão de término, se houver.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na situação prevista no parágrafo anterior, o **CREDENCIANTE** deverá informar as providências a serem adotadas pela **CREDENCIADA**, em relação aos beneficiários, após a data do credenciamento.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Eventuais atendimentos prestados a partir da data de credenciamento não serão pagos, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo quarto.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O credenciamento não eximirá a **CREDENCIADA** das garantias assumidas em relação aos serviços prestados e demais responsabilidades legais.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A **CREDENCIADA** não poderá se beneficiar do credenciamento, nos termos do inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021, caso esteja

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

em curso procedimento administrativo para apuração de irregularidade contratual, até a decisão final exarada em processo administrativo específico.

**PARÁGRAFO NONO** - O **CREDENCIANTE** poderá, a qualquer tempo, avaliar as vantagens da continuidade do contrato de credenciamento, podendo solicitar o descredenciamento, com base no inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O descredenciamento poderá ser também:

I - Determinado por ato unilateral e escrito do **CREDENCIANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

II - Determinado por decisão judicial.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Os casos de descredenciamento serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo do credenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de descredenciamento por ato unilateral do **CREDENCIANTE**.

#### **DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA** - As penalidades administrativas serão aplicadas nos termos do artigo 156 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CREDENCIADA** ficará sujeita pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar/contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos.

IV - e inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para o **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

**PARÁGRAFO QUARTO** – A penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A penalidade de advertência somente tem cabimento durante a vigência do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A penalidade de multa poderá ser aplicada quando:

ITEM	INFRAÇÃO	PENALIDADE
1	Exigir garantias (cheque, promissórias, caução) para o atendimento aos beneficiários do FUNSERVIR, salvo quando estes não apresentarem identificação de beneficiários.	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao beneficiário.
2	Cobrar diretamente do beneficiário do FUNSERVIR valores referentes aos serviços prestados, seja a título integral ou a título de complementação de pagamento, salvo na situação prevista neste Edital.	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao beneficiário.
3	Cobrar, de forma abusiva, insumos (materiais/medicamentos/taxas/terapias) incompatíveis com os procedimentos realizados ou com custo excessivo, havendo, comprovadamente, alternativas mais viáveis economicamente, conforme avaliação técnica do CREDENCIANTE.	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao FUNSERVIR e ao beneficiário.
4	Cobrar por serviços não executados ou executados irregularmente (de forma inadequada).	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao FUNSERVIR e ao beneficiário.
5	Apresentar, de forma reiterada, faturas para pagamento fora do prazo contratual, conforme previsto no item - PRAZOS.	multa de 2% (dois por cento) do valor total da fatura apresentada.
6	Agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao CREDENCIANTE ou aos beneficiários do FUNSERVIR.	Advertência, multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular e descredenciamento.
7	Não manter informado o CREDENCIANTE sobre alteração (ões) do quadro de profissional (ais) do CREDENCIADO.	Advertência

I - Caso não seja efetuado o recolhimento do valor da multa em favor do CREDENCIANTE, esta poderá ser descontada dos créditos devidos à CREDENCIADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, será aplicada nas seguintes condutas:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

I – Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao **CREDENCIANTE**;

II – Dar causa à inexecução total do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, será aplicada nas seguintes infrações:

I – Apresentar declaração ou documentação falsa para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II – Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

V – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013, no que couber.

**PARÁGRAFO NONO** – As sanções de impedimento e de inidoneidade para contratar admitem a reabilitação da **CREDENCIADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I – Reparação integral do dano causado ao **CREDENCIANTE**;

II – Pagamento da multa;

III – Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A aplicação das penalidades administrativas dependerá de expedição de notificação à **CREDENCIADA** e abertura de prazo para apresentação de defesa prévia, bem como abertura de vista dos autos à **CREDENCIADA** pela unidade gestora do credenciamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O prazo para apresentação de defesa prévia ou recurso pela **CREDENCIADA** será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento das notificações.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Dependendo da infração cometida, o **CREDENCIANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto no art. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – As apurações relacionadas às infrações contratuais serão conduzidas em processo administrativo específico, com decisões formalmente motivadas, sendo assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa, reservado ao **CREDENCIANTE** o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços no transcurso do procedimento administrativo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A decisão pela aplicação de penalidade à **CREDENCIADA** será formalmente motivada, sendo observados os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA** - A contar da data de recebimento da intimação do **CREDENCIANTE** acerca da intenção de aplicar penalidade, a **CREDENCIADA** poderá apresentar defesa prévia, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, ao Diretor de Saúde Suplementar, que decidirá.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Com a intimação, serão encaminhadas cópias dos documentos que ensejaram o procedimento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Da decisão proferida caberá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, recurso ao Diretor de Saúde Suplementar, que o apreciará em instância única.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A não manifestação da **CREDENCIADA** nos prazos estabelecidos neste edital importará aceitação das glosas ou penalidades aplicadas.

#### **DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA** - O presente credenciamento vigorará por 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O prazo de vigência do credenciamento em exercícios subsequentes ao primeiro ano de vigência do contrato ficará condicionado à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para fazer face às despesas dele decorrentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As despesas que excederem o valor de empenho serão atendidas com recursos próprios do Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR.

#### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA** - O presente instrumento poderá ser alterado, em conformidade com o art. 124 da Lei 14.133/21.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA** - Os interessados poderão solicitar credenciamento, a qualquer tempo, durante o período de vigência do Edital, devendo obedecer aos requisitos previstos no Edital e em seus anexos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os contratos de credenciamento regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Eventual alteração no edital será publicada no sítio eletrônico do **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Será também encaminhado ofício-circular à rede credenciada, para que atendam aos requisitos deste instrumento para que passe a integrar os contratos de credenciamento vigentes.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O edital de credenciamento e seus anexos poderão ser suspensos ou revogados, a qualquer tempo pelo **CREDENCIANTE**, por ato justificado da autoridade competente, sem que disso resulte, para qualquer interessado, direito a ressarcimento ou indenização.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Serão admitidas a fusão, cisão, incorporação ou alteração social da **CREDENCIADA**, devendo esta comunicar, previamente, por escrito ao **CREDENCIANTE**, que poderá manter o credenciamento, desde que a(s) instituição(ões) resultante(s) preencha(m) os mesmos requisitos de habilitação e mantenham o objeto contratado.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os casos omissos serão resolvidos na forma do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

### **DA DIVULGAÇÃO**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** - Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei 14.133/21 e no seu sítio eletrônico: <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 e <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO  
SEGEF - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - Medida Provisória nº 01/2025

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A consulta ao Edital e seus anexos poderá ser realizada por meio do sítio eletrônico: <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 e <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>

**DO FORO**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA** - Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixado o foro da Comarca de Balneário Camboriú - SC, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/21.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Balneário Camboriú - SC, 14 de janeiro de 2025.

**LEOCADIO GIACOMELLO**  
Secretário de Compras e Patrimônio  
Portaria 32.153/2025

**PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
CNPJ 30.130.788/0001-11  
Por Patricia Mafra Lazzari  
CPF 068.978.349-39  
**CREDENCIADO**

**ARY EUCLIDES DE SOUZA FILHO**  
Secretário de Gestão de Pessoas  
Portaria 32.153/2025  
**CREDENCIANTE**



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR

**Objeto:** Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

**Credenciado:** PML Serviços Medicos LTDA.

**CNPJ:** 30.130.788/0001-11.

**Prazo:** 12 (doze) meses.

**Respaldo legal:** Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.

**Valor do contrato:** R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

**Anexos:** Solicitação, bloqueio orçamentário, termo de homologação, certidões negativas de débito e demais documentos pertinentes.

**Considerações:**

- a) A presente convocação tem como objeto o credenciamento, por inexigibilidade de licitação, de pessoas físicas e jurídicas da área de saúde para atendimento aos beneficiários do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, conforme documentação apresentada através do Protocolo 99.094.
- b) Justifica-se a atualização da rede credenciada do FUNSERVIR composta por hospitais, clínicas, serviços de diagnósticos e terapêuticos, atendimentos médicos e tratamentos seriados, em acordo com as necessidades de demanda e as disposições da Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações, em conformidade à Lei 14.133/2021, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados.
- c) Com base na legislação acima especificada, fica aprovado o referido procedimento, faltando o devido conhecimento e ratificação da autoridade superior, consoante se depreende do disposto na legislação acima especificada.

Balneário Camboriú, 19 de março de 2025.

**Ary Euclides de Souza Filho**  
**Secretário de Gestão de Pessoas**



**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR**

**Objeto:** Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

**Credenciado:** PML Serviços Medicos LTDA.

**CNPJ:** 30.130.788/0001-11.

**Prazo:** 12 (doze) meses.

**Respaldo legal:** Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.

**Valor do contrato:** R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

**Anexos:** Solicitação, bloqueio orçamentário, termo de homologação, certidões negativas de débito e demais documentos pertinentes.

Considerando a documentação encaminhada pela autoridade solicitante, bem como parecer jurídico de aprovação, ratifico o processo de inexigibilidade de licitação.

Publique-se.

Balneário Camboriú, 19 de março de 2025.

**Leocádio S. Giacomello**  
Secretário de Compras e Patrimônio



**PARECER JURÍDICO**

**Processo:** Inexigibilidade de Licitação nº 001/2025 - FUNSERVIR

**Assunto:** Contratação de profissional credenciado para a prestação de serviços médicos para o Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público.

**Credenciado:** PML Serviços Médicos Ltda

**Fundamentação Legal:** Art. 74, IV, da Lei 14.133/2021.

**1. Relatório**

Trata-se de parecer jurídico<sup>1</sup> para exame e aprovação de procedimento de contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, bem como avaliação quanto aos aspectos de legalidade<sup>2</sup>, no tocante à ordem de atos e documentos necessários à instrução da Inexigibilidade nº 001/2025, do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público - FUNSERVIR.

O objeto do processo consiste na contratação de empresa credenciada, por meio do Chamamento Público nº 001/2024 - FUNSERVIR, para prestação de serviços médicos, pelo período de 12 meses.

Em observância ao disposto no art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021<sup>3</sup>, os autos foram remetidos a esta Assessoria Jurídica da Secretaria de Compras para parecer, conforme passa a expor e ao final concluir.

**2. Da Inexigibilidade de Licitação**

A licitação se objetiva a garantir a isonomia dos interessados aptos em contratar com a Administração Pública, aliada à garantia da legalidade da contratação em

<sup>1</sup> Ressalte-se que a presente análise se dará estritamente sob a ótica da legalidade do conteúdo das minutas de edital de chamamento, contrato e respectivos anexos, não cabendo a esta Assessoria Jurídica qualquer manifestação quanto à viabilidade dos estudos técnicos que embasam o presente projeto, até mesmo porque lhe falta competência para tanto. De todo modo, não custa advenir ao Administrador Público que o sucesso de todo empreendimento está condicionado à viabilidade e à confiabilidade dos estudos técnicos que a embasaram.

<sup>2</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

<sup>3</sup> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;





qualquer modalidade e ao resguardo do interesse público no ato. Por estas razões é que a necessidade de licitar é o corolário trazido na Constituição, em seu art. 37, inciso XXI:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(omissis)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão credenciados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Importante dizer que o objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, ou seja, licitar é a regra. Porém, em determinados casos, a Lei 14.133/2021 traz a previsão de que quando inviável a competição, o processo licitatório será inexigível.

No caso em tela, a seleção da empresa se deu por meio de edital de credenciamento, conforme **Termo de Homologação**, situação em que torna-se inviável a competição, admitindo-se a contratação direta por meio de inexigibilidade, conforme autoriza o art. 74, IV, da Lei de Licitações:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*(omissis)*

*IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;*

### **3. Do Chamamento Público**

O instituto do Chamamento Público é o procedimento administrativo que visa a contratação de prestadores de serviços mediante requisitos estabelecidos previamente no edital de convocação, quando determinado serviço público necessita ser



prestado por uma pluralidade de credenciados simultaneamente, exatamente como o caso em apreço.

Nessa toada, o Professor Luciano Ferraz conceitua o credenciamento:

*O processo administrativo, pelo qual a administração convoca interessados para, segundo condições previamente definidas e divulgadas, credenciarem-se como prestadores de serviços ou beneficiários de um negócio futuro a ser ofertado, quando a pluralidade de serviços prestados for indispensável à adequada satisfação do interesse coletivo ou, ainda, quando a quantidade de potenciais interessados for superior a do objeto a ser ofertado e por razões de interesse público a licitação não for recomendada (Licitações, estudos e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002. p. 118)*

Cumprе destacar o entendimento do doutrinador Marçal Justen Filho acerca do tema:

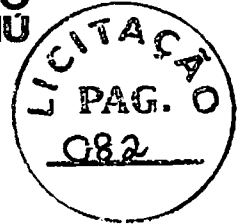
*Credenciamento é ato administrativo unilateral, emitido em virtude do reconhecimento do preenchimento de requisitos predeterminados por sujeitos interessados em futura contratação, a ser pactuada em condições predeterminadas e que independem de uma escolha subjetiva por parte da Administração.*

*Nas hipóteses de cabimento de credenciamento, a Administração estabelece, em ato regulamentar, o objeto e as condições da futura contratação, os requisitos exigidos dos particulares, interessados em contratar e todos os procedimentos pertinentes à contratação. (Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 1129)*

Conforme o art. 79, inciso I, da Lei de Licitações, o credenciamento poderá ser usado nos casos em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

Dessa forma, considerando o objeto da futura contratação, bem como a escolha e classificação dos participantes (submetidos previamente aos critérios de seleção estabelecidos no instrumento convocatório), verifica-se que o instituto do credenciamento é plenamente aplicável ao caso em tela.

*M*



#### **4. Aspectos Formais do Processo**

Quanto aos requisitos para a instrução da contratação direta por inexigibilidade, tem-se a justificativa presente no Termo de Referência.

Consta nos autos o Termo de Homologação do Credenciamento nº 001/2024 – FUNSERVIR. **RECOMENDO** a juntada das declarações exigidas no instrumento convocatório e demais documentos da credenciada, como Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde e Alvarás Sanitário e de Licença para funcionamento.

**RECOMENDO** a anexação da divulgação da lista de credenciados e da comprovação da publicação do edital.

Verifica-se que há disponibilidade orçamentária, uma vez que o valor para a contratação está indicado na Solicitação de Compra/Contratação nº 9/2025

Contudo, não consta nos autos a justificativa ou o método de escolha dos valores para a contratação. Nesse sentido, **RECOMENDO** a inclusão da proposta comercial da empresa credenciada a ser contratada, ou, em sendo o caso, a inclusão da tabela de referência de preços adotada pela Administração para o pagamento dos serviços, com a respectiva indicação destes.

Constata-se a regularidade da credenciada por meio do seu ato constitutivo com a última alteração e devidamente acervado à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, Certidão Negativa de Débitos Municipal, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos e à Dívida Ativa da União, Certidão de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. Verifica-se, ainda, a Declaração de Não Parentesco, Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo para a Habilitação e Declaração de Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor.

#### **5. Da Minuta do Contrato**



Quanto à minuta contratual, verifica-se o cumprimento dos comandos do art. 92 da Lei 14.133/2021, correlacionando-os com as cláusulas do documento:

“Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos o qual consta na Cláusula Primeira;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta – no Preâmbulo da minuta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos, nas Cláusulas Segunda e Trigésima Primeira;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento - na Cláusula Quarta;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento - Cláusulas Sétima a Décima Terceira, Cláusula Décima Oitava, Cláusulas Vigésima Primeira e Vigésima Segunda;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, na Cláusula Décima Nona;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso – Cláusula Vigésima Segunda;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo, nas Cláusulas Décima Quarta, Décima Quinta, Vigésima Quarta e Vigésima Quinta;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, na Cláusula Décima Quarta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz - RECOMENDO a inclusão;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento – Cláusula Décima Sexta;

XIX - os casos de extinção na Cláusula Vigésima Quarta.



**6. Conclusão**

Verifica-se a observância da Nova Lei de Licitações e Contratos, bem como após análise da minuta do contrato, em consonância com as cláusulas necessárias estabelecidas, constata-se a observância dos requisitos legais exigidos, manifestando-se esta Assessoria Jurídica da Secretaria de Compras, resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, pela **APROVAÇÃO**, desde que observadas as recomendações, recomendando-se ainda, a observância das publicações legais.

Este é o entendimento.

À consideração superior.

Balneário Camboriú-SC, 19 de março de 2025.

  
**Lisane Dadam Tortato de Oliveira**

*Assessora Jurídica da Secretaria de Compras*

OAB/SC 12.770



**AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR**

**Objeto:** Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

**Credenciado:** PML Serviços Medicos LTDA.

**CNPJ:** 30.130.788/0001-11.

**Respaldo legal:** Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.

Para os fins do disposto no artigo 72, VIII, da Lei n. 14.133/2021 e suas alterações, autorizo a contratação direta, através de dispensa de licitação, nos termos do Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.

Balneário Camboriú, 25 de março de 2025.

Leocádio S. Giacomello  
Secretário de Compras e Patrimônio

Assinado por 1 pessoa: LEOCADIO SCHROEDER GIOCAMELO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/3F2E-ECF4-D8D7-029F> e informe o código 3F2E-ECF4-D8D7-029F



RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR

**Objeto:** Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

**Credenciado:** PML Serviços Medicos LTDA.

**CNPJ:** 30.130.788/0001-11.

**Respaldo legal:** Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.

Para os fins do disposto no artigo 72, VI, da Lei n. 14.133/2021, atesto que o contratado foi habilitado através do Edital de Chamamento Público 001/2024, conforme termo de homologação anexo, nos termos do Art. 74, VI, da Lei 14.133/2021.

Balneário Camboriú, 25 de março de 2025.

**Ary Euclides de Souza Filho**  
Secretário de Gestão de Pessoas



**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR**

**Objeto:** Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

**Credenciado:** PML Serviços Medicos LTDA.

**CNPJ:** 30.130.788/0001-11.

**Prazo:** 12 (doze) meses.

**Respaldo legal:** Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.

**Valor do contrato:** R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

**Anexos:** Solicitação, bloqueio orçamentário, termo de homologação, certidões negativas de débito e demais documentos pertinentes.

**Considerações:**

- a) A presente convocação tem como objeto o credenciamento, por inexigibilidade de licitação, de pessoas físicas e jurídicas da área de saúde para atendimento aos beneficiários do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, conforme documentação apresentada através do Protocolo 99.094.
- b) Justifica-se a atualização da rede credenciada do FUNSERVIR composta por hospitais, clínicas, serviços de diagnósticos e terapêuticos, atendimentos médicos e tratamentos seriados, em acordo com as necessidades de demanda e as disposições da Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações, em conformidade à Lei 14.133/2021, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados.
- c) Com base na legislação acima especificada, fica aprovado o referido procedimento, faltando o devido conhecimento e ratificação da autoridade superior, consoante se depreende do disposto na legislação acima especificada.

Balneário Camboriú, 25 de março de 2025.

**Ary Euclides de Souza Filho**  
Secretário de Gestão de Pessoas



PREFEITURA  
**BALNEÁRIO  
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA DE COMPRAS



**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR**

**Objeto:** Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

**Credenciado:** PML Serviços Medicos LTDA.

**CNPJ:** 30.130.788/0001-11.

**Prazo:** 12 (doze) meses.

**Respaldo legal:** Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.

**Valor do contrato:** R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

**Anexos:** Solicitação, bloqueio orçamentário, termo de homologação, certidões negativas de débito e demais documentos pertinentes.

Considerando a documentação encaminhada pela autoridade solicitante, bem como parecer jurídico de aprovação, ratifico o processo de inexigibilidade de licitação.

Publique-se.

Balneário Camboriú, 25 de março de 2025.

**Leocádio S. Giacomello**  
**Secretário de Compras e Patrimônio**

Edital

# Ato que autoriza a Contratação Direta nº 001/2025 - IL/2025

Última atualização 27/03/2025

Local: Balneário Camboriú/SC

Órgão: FUNSERVIR FUNDO DE ASSISTENCIA A SAUDE DO SERVIDOR PUBLICO DO MUNICIPIO DE BALNEARIO CAMBORIU

Unidade compradora: 8 - Fundo de Assistência Saúde do Servidor Público

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, IV Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 27/03/2025 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 14674100000108-1-000003/2025 Fonte: Pública Tecnologia Ltda.

## Objeto:

Contratação, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 54.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 54.000,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total
1	SERVIÇOS MÉDICOS	12	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

0200 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



---

Texto destinado a exibição das informações relacionadas à licença de uso.

**PROCESSO Nº**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR

**DATA DE ATUALIZAÇÃO**

27/03/25

**MODALIDADE**

INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA

**SITUAÇÃO**

Concluído

**LOCAL DA LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

**OBJETO**

Credenciamento, por Inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

**OBSERVAÇÕES**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR

Objeto: Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

Credenciado: PML Serviços Medicos LTDA.

CNPJ: 30.130.788/0001-11.

Prazo: 12 (doze) meses.

Respaldo legal: Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.

Valor do contrato: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Anexos: Solicitação, bloqueio orçamentário, termo de homologação, certidões negativas de débito e demais documentos pertinentes.

Considerando a documentação encaminhada pela autoridade solicitante, bem como parecer jurídico de aprovação, ratifico o processo de inexigibilidade de licitação.

Publique-se.

Balneário Camboriú, 25 de março de 2025.

Leocádio S. Giacomello

Secretário de Compras e Patrimônio

**ARQUIVOS ANEXOS**



**Diário Oficial**

Municípios de Santa Catarina

Quinta-feira, 27 de março de 2025 às 12:56, Florianópolis - SC



**PUBLICAÇÃO**

**Nº 7092711: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO DE  
RATIFICAÇÃO Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR**

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge)

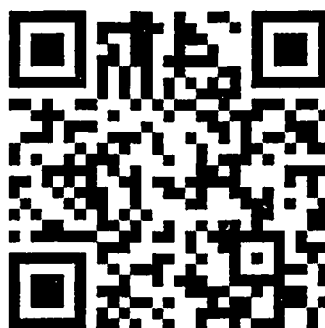
E687BFE53D690BC045A20858E441AA8207876893

**ENTIDADE**

Prefeitura municipal de Balneário Camboriú

**MUNICÍPIO**

Balneário Camboriú



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:7092711>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - TERMO DE RATIFICAÇÃO**  
**Nº 001/2025 - IL - FUNSERVIR**

**Objeto:** Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.

**Credenciado:** PML Serviços Medicos LTDA.

**CNPJ:** 30.130.788/0001-11.

**Prazo:** 12 (doze) meses.

**Respaldo legal:** Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.

**Valor do contrato:** R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

**Anexos:** Solicitação, bloqueio orçamentário, termo de homologação, certidões negativas de débito e demais documentos pertinentes.

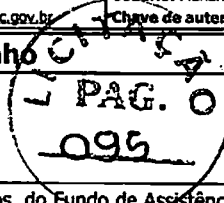
Considerando a documentação encaminhada pela autoridade solicitante, bem como parecer jurídico de aprovação, ratifico o processo de inexigibilidade de licitação.

Publique-se.

Balneário Camboriú, 25 de março de 2025.

**Leocádio S. Giacomello**  
**Secretário de Compras e Patrimônio**

Documento de Pré-empenho



Número: 30/2025  
Emissão: 28/03/2025

Espécie: Global

**Objeto:** Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.  
SOLICITAÇÃO 9/2025

**Órgão Orçam.:** 28000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERV. PÚBL. DO M

**Função:** 10 - Saúde

**Un. Orçam.:** 28002 - FUNSERVIR - SAÚDE COMPLEMENTAR

**Subfunção:** 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador

**Despesa:** 399 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

**Elemento:** 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Detalhamento:** 50 - serviços médico-hospitalar, odontológico e la

**Programa:** 1912 - Plano de Saúde do Servidor

**Ação:** 2.166 - Manutenção das Atividades do Programa de Saúde do Servidor

**Fonte de recurso:** 100627 - Recursos Diretos - FUNSERVIR

**Licitação:** 001/2025 - IL

**Modalidade:** Inexigibilidade

**Finalidade:** Contratação de Serviços

**Contrato:** 002/2025

**Credor:** 35531 - PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

**CPF/CNPJ:** 30.130.788/0001-11

**Endereço:** 3 AVENIDA, 601 - CENTRO

**CEP:** 88.330-087

**Fone:**

**Cidade:** Balneário Camboriú - SC

**E-mail:** patriciamlazzari@hotmail.com

**Banco:** Itaú Unibanco S.A.

**Agência:** 8490 -

**C/C:** 98549 - 9

Itens

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	6,00000	MÊS	15176 - SERVIÇOS MÉDICOS	4.500,00000	27.000,00

Valor deste pré-empenho:

R\$ 27.000,00

LEOCÁDIO S. GIACOMELLO

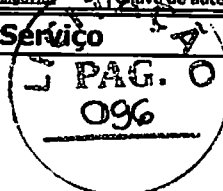
Secretário de Compras e Patrimônio

Portaria 32.159/2025 e Decreto 12.114/2025



**Fundo de Assistência Saúde do Servidor Público**Rua 200, 500 - Centro - 88.330-648 - Balneário Camboriú/ SC  
CNPJ: 14.674.100/0001-08 Fone: (47) 3267-7178

ary.souza@bc.sc.gov.br

Usuário: Mariangela Arruda Dos Santos  
Chave de autenticação: 2227-2208-114Página  
1 / 1**Autorização de Fornecimento/Serviço****Número: 30/2025**  
**Emissão: 28/03/2025****Objeto:** Credenciamento, por inexigibilidade, de profissional para serviços médicos, do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público, pelo período contratual de 12 (doze) meses. Chamamento Público nº 001/2024.  
**SOLICITAÇÃO 9/2025****Licitação:** 001/2025 - IL**Modalidade:** Inexigibilidade**Finalidade:** Contratação de Serviços**Contrato:** 002/2025**Data de assinatura:** 28/03/2025**Vencimento:** 28/03/2026**Pré-empenho:** 30/2025**Empenho:****Fornecedor:** 35531 - PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**CPF/CNPJ:** 30.130.788/0001-11**Nome Fantasia:****CEP:** 88.330-087**Endereço:** 3 AVENIDA, 601 - CENTRO**Cidade:** Balneário Camboriú - SC**E-mail:** patriciamlazzari@hotmail.com**Fone:****Banco:** Itaú Unibanco S.A.**Agência:** 8490 -**C/C:** 98549 - 9**Prazo de entrega:** COnforme termo de referência.**Local de entrega:** COnforme termo de referência.**Fica autorizado o fornecimento dos itens abaixo discriminados:**

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço Descrição	Marca	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	6,00000	MÊS	15176 - SERVIÇOS MÉDICOS SERVIÇOS MÉDICOS referente EDITAL DE CREDENCIAMENTO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 (12 meses).		4.500,00000	27.000,00000
<b>Valor desta autorização:</b>						<b>R\$ 27.000,00</b>

Ary Euclides de Souza Filho  
Secretário de Gestão de Pessoas  
Portaria 32.153/2025Luciane Martins Cavalheiro Corrêa  
Diretora Deptº Administrativo-Financeiro  
Portaria 32.172/2025Assinado por 2 pessoas: LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA e ARY SOUZA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/485C-42D2-8613-82F0> e informe o código 485C-42D2-8613-82F0



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 485C-42D2-8613-82F0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUCIANE MARTINS CAVALHEIRO CORRÊA (CPF 705.XXX.XXX-72) em 02/04/2025 11:06:58  
GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ARY SOUZA FILHO (CPF 665.XXX.XXX-68) em 02/04/2025 16:14:35 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/485C-42D2-8613-82F0>

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**  
**TERMO Nº 002/2024 – FUNSERVIR**

098

*Contrato de credenciamento para prestação de serviços composto por clínicas, serviços de diagnósticos e terapêuticos, atendimentos médicos e tratamentos seriados, que entre si celebram, o Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, e a pessoa jurídica PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.*

O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ– FUNSERVIR, órgão integrante da Administração Direta Municipal, inscrito no CNPJ/MF nº 14.674.100/0001-08, com sede na Rua 200, nº 500, Centro, Balneário Camboriú, SC, CEP 88.330-648, neste ato representado pelo Secretário de Gestão de Pessoas, Sr. ARY EUCLIDES DE SOUZA FILHO, RG 18079385 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF nº 665.404.619-68, no uso das atribuições, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a pessoa jurídica **PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ nº 30.130.788.0001-11, localizada à Terceira Avenida, nº 601, sala 703, Centro, CEP 88.330-087, Balneário Camboriú, Santa Catarina, telefones: (47) 99696-4502, e-mail: [clinicapatricialazzari@gmail.com](mailto:clinicapatricialazzari@gmail.com), doravante denominada **CREDENCIADA**, neste ato representada pela Sra. **PATRÍCIA MAFRA LAZZARI**, RG 4.775.889 SSP/SC e CPF nº 068.978.349-39, resolvem celebrar o presente contrato de credenciamento, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025 – FUNSERVIR**, com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com os termos do Edital de Credenciamento 01/2024, e ainda, conforme proposta da CREDENCIADA, os quais farão parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços de assistência à saúde (serviços médicos, hospitalares e de saúde) aos beneficiários do FUNSERVIR, nos termos do edital de credenciamento, deste contrato e dos seus anexos.

**PARÁGRAFO ÚNICO – A CREDENCIADA disponibilizará profissional (ais) habilitado (s) na (s) seguinte (s) área (s) do conhecimento, especialidade (s), área (s) de atuação ou serviço (s): DERMATOLOGIA.**

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente termo será regido com base no art. 6, § XLIII, inciso IV do art.74, o art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2024, o Decreto Federal nº 11.878/2019 que regulamenta o art. 79 da mesma lei, a Lei nº 13.709/2018, juntamente com o Decreto Municipal nº 11.209/2023, art. 29 e a Lei Municipal nº 4.296/2019 do Regulamento Geral do FUNSERVIR e demais alterações, e na proposta apresentada pela CREDENCIADA, devidamente anuída.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1. Os serviços referidos na cláusula primeira obedecerão ao estipulado neste instrumento bem como às obrigações assumidas na carta-proposta apresentada pela CREDENCIADA, devidamente anuída, a qual, independente de transcrição, fará parte integrante do presente ajuste, naquilo que não contrariar

suas disposições.

## CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços objeto deste termo de contrato serão executados sob a forma de execução indireta, em regime de execução de empreitada por preço global.

4.2. A **CREDENCIADA** prestará os serviços previstos no objeto deste contrato, no edital e seus anexos, em Balneário Camboriú, e onde existam prestadores devidamente credenciados, nas especialidades médicas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM, e nas especialidades de saúde, reconhecidas pelos respectivos Conselhos de classe, desde que previamente aprovadas pelo **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os serviços prestados pela **CREDENCIADA** deverão atender às seguintes disposições:

I – Serão cobertas as despesas referentes aos serviços médicos, hospitalares, ambulatoriais, emergência/urgência, cirúrgicos, auxiliares de diagnose e terapias, serviços fonoaudiológicos, psicoterápicos, fisioterápicos, pilates, acupuntura, nutrição, terapias ocupacional e multidisciplinar, juntamente com outros constantes da Tabela de Referência para Convênios e Credenciamentos do FUNSERVIR – tabelas Taxas e Diárias disponíveis no sítio eletrônico do FUNSERVIR: <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

II – Os serviços serão prestados nas dependências da **CREDENCIADA**, previamente vistoriadas pelo **CREDENCIANTE**, por meio de corpo clínico fechado ou aberto.

a) Entende-se por corpo clínico fechado, quando os profissionais que atuam nas dependências da instituição credenciada possuem vínculo contratual com esta.

b) Entende-se por corpo clínico aberto, quando os profissionais que atuam nas dependências da instituição credenciada não possuem vínculo contratual com esta.

III – A prestação de serviços por meio de corpo clínico aberto somente será permitida quando se tratar de hospitais.

IV – Independentemente da modalidade de corpo clínico adotada, a **CREDENCIADA** responderá pela atuação dos profissionais que atendem em suas dependências.

V – As internações hospitalares abrangerão serviços médico-hospitalares em hospitais gerais, hospitais especializados, maternidades, pronto-socorros gerais e especializados e Unidades de Terapia Intensiva – UTIs.

VI – As internações hospitalares ocorrerão em apartamento dotado de aposento climatizado com máximo de 2 (dois) leitos, acomodação para acompanhante, banheiro privativo, mobiliário necessário ao paciente, alimentação, sendo assegurado, sem ônus para o beneficiário e para o **CREDENCIANTE**, a utilização de apartamento de padrão individual, em caso de indisponibilidade do apartamento com 2 (dois) leitos.

VII – O serviço de pronto-socorro previsto no inciso V deverá propiciar atendimento de urgência e emergência disponível 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

## CLÁUSULA QUINTA – DA CLIENTELA

5.1. A clientela dos serviços previstos neste contrato constituir-se-á, exclusivamente, pelos beneficiários inscritos no **FUNSERVIR/CREDENCIANTE**.

## CLÁUSULA SEXTA – DO ACESSO AOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão prestados mediante a apresentação do documento de identificação com foto e carteira de identificação (física ou digital), pelo beneficiário, e consulta automática de sua situação

cadastral, pela **CREDENCIADA**, no sistema automatizado do **CREDENCIANTE** (portal do prestador).

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica dispensada a obrigatoriedade de apresentação de carteirinha física ou digital, uma vez que o sistema automatizado possibilita a consulta automática da situação cadastral do beneficiário.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1.** O valor global anual desta contratação é de **R\$ 54.000,00** (cinquenta e quatro mil reais).

**7.2.** Os preços, os procedimentos e suas instruções gerais serão os constantes das tabelas de preços adotadas pelo **CREDENCIANTE**.

I – A Tabela de Referência para credenciamentos do FUNSERVIR e as tabelas de Taxas e Diárias, bem como dos demais procedimentos e as instruções gerais, serão disponibilizadas no sítio eletrônico do FUNSERVIR <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

II – Excepcionalmente, poderão ser adotados preços diferenciados, conforma ato normativo do FUNSERVIR, cujas razões deverão constar dos autos do **CREDENCIADO** com as devidas exposições de motivo para essa finalidade.

III – As despesas decorrentes dos atendimentos prestados aos beneficiários deverão ser encaminhadas ao **CREDENCIANTE** para faturamento, por meio de sistema automatizado.

IV – Para fins de pagamento das despesas serão considerados os valores vigentes nas tabelas, na data do atendimento.

V – Procedimentos não previstos nas tabelas adotadas pelo **CREDENCIANTE** serão passíveis de avaliação técnica e negociação entre as partes, se cabível, desde que a **CREDENCIADA** apresente previamente ao atendimento, proposta comercial na qual constem, no mínimo, as seguintes informações: descrição do procedimento, codificação da Terminologia Unificada da Saúde Suplementar – TUSS, se houver, fundamentação técnica e valor proposto.

VI – A proposta comercial prevista no item anterior será avaliada pelo **CREDENCIANTE**, que emitirá parecer favorável ou não à inclusão do item no rol de cobertura.

VII – A **CREDENCIADA** não poderá cobrar diretamente do beneficiário, de forma particular, valores relativos aos pacotes, procedimentos, materiais, medicamentos, tratamentos ou outros itens não cobertos ou não autorizados pelo **CREDENCIANTE**.

a) A cobrança direta ao beneficiário somente será admitida quando este, após tomar ciência de que se trata de item não coberto ou não autorizado pelo FUNSERVIR, assumir a responsabilidade pelo pagamento da despesa.

b) Na exceção contida no item anterior, a anuência do beneficiário deverá ser prévia ao atendimento e o termo de responsabilidade, a ser assinado pelo paciente ou seu representante, deverá indicar os pacotes, procedimentos, materiais, medicamentos ou outros itens contratados, bem como seus respectivos valores.

c) O FUNSERVIR não se responsabilizará, ainda que solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas voluntariamente pelos beneficiários.

d) A cobrança direta ao beneficiário, salvo na situação prevista na alínea “a”, configurará descumprimento contratual, sujeitando a **CREDENCIADA** às penalidades administrativas prevista no edital e contrato, sem prejuízo da suspensão da cobrança.

### **CLÁUSULA OITAVA – DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS**

**8.1.** Os honorários profissionais bem como as despesas com diárias, taxas, materiais medicinais e

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO



PREFEITURA  
**BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

demais serviços e procedimentos serão pagos com base nos códigos, descrições, referenciais de valores e instruções na tabela praticada pelo FUNSERVIR, disponível no portal FUNSERVIR em ([www.funservir.com.br](http://www.funservir.com.br)) > Prestadores > Tabelas de Referência.

I – A Unidade de Custo Operacional – UCO, contemplada na tabela praticada pelo FUNSERVIR, inclui a depreciação de equipamento, manutenção, mobiliário, imóvel, aluguel, folha de pagamento e outras despesas comprovadamente associadas aos procedimentos médicos.

II – Para a solicitação de autorização e faturamento dos honorários profissionais deverá ser utilizada somente a codificação existente na tabela praticada pelo **CREDENCIANTE**, vigente na data do atendimento.

### CLÁUSULA NONA – DOS SERVIÇOS HOSPITALARES

9.1. Os serviços hospitalares contemplam taxas, diárias e gases medicinais e serão pagos com base nos códigos, preços e instruções das tabelas **Taxas e Diárias** disponíveis no sítio eletrônico do FUNSERVIR <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

I - A CREDENCIADA deverá observar a tabela de serviços hospitalares compatível com a sua classificação, definida em parecer emitido pela área técnica do **CREDENCIANTE**.

II – Para solicitação de autorização e faturamento das taxas, diárias, serviços hospitalares e gases medicinais deverá ser utilizada somente a codificação existentes nas tabelas **Taxas e Diárias** disponíveis no sítio eletrônico do FUNSERVIR <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 vigente na data do atendimento.

### CLAUSULA DÉCIMA – DOS MEDICAMENTOS

10.1. A tabela referencial de preços para medicamentos será a tabela própria do FUNSERVIR, constante no Portal do FUNSERVIR em <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 vigente na data do atendimento.

I – Quando houver divergência frente ao valor dos medicamentos praticados na tabela do FUNSERVIR, o **CREDENCIANTE** deverá requerer através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

II – Caso o medicamento não conste na tabela referencial do FUNSERVIR, o **CREDENCIANTE** deverá requerer a inclusão através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao deferimento ou indeferimento o mesmo.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS MATERIAIS DESCARTÁVEIS

10.1. A tabela referencial de preços para materiais descartáveis será a tabela própria do FUNSERVIR, constante no Portal do FUNSERVIR em <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

I - Quando houver divergência frente ao valor dos materiais praticados na tabela do FUNSERVIR, o **CREDENCIANTE** deverá requerer através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

II - Caso o material não conste na tabela referencial do FUNSERVIR, o **CREDENCIANTE** deverá requerer a inclusão através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ÓRTESES, PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS – OPME's

12.1. As Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME serão pagos mediante adoção do seguinte protocolo:

I - A tabela referencial de preços para Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME será a tabela própria do FUNSERVIR, constante no Portal do FUNSERVIR em <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024.

II - As Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME serão pagos mediante a autorização e comprovação de utilização.

III - Quando houver divergência frente ao valor das Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME's na tabela do FUNSERVIR, o **CREDENCIANTE** deverá requerer através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

IV - Caso as Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME's não constem na tabela referencial do FUNSERVIR, o **CREDENCIANTE** deverá requerer a inclusão através de processo administrativo, junto ao setor competente a revisão dos mesmos, o qual poderá manifestar-se ao (in)deferimento do mesmo.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PACOTES

13.1. A critério do **CREDENCIANTE** poderão ser negociadas cobranças na modalidade pacote, no qual poderão ser contemplados honorários, materiais, medicamentos e serviços hospitalares.

I – Na proposta comercial de pacotes deverão constar no mínimo as seguintes informações:

a) discriminação individualizada dos itens que comporão o pacote (código, descrição, quantidade, preço unitário e total);

b) itens excluídos;

c) fundamentação técnica;

d) valor total proposto.

II – A negociação poderá ser firmada caso se verifique a economicidade, a viabilidade operacional, a existência de demanda pelo procedimento, dentre outros aspectos.

III – Os pacotes negociados, com seus respectivos valores, constarão da tabela praticada pelo FUNSERVIR e deverão ser observados pelos prestadores para a cobrança do procedimento.

IV – Será vedada a cobrança do procedimento em conta aberta, na hipótese de o procedimento constar da modalidade preço-pacote.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

10.4. Além das obrigações expressamente previstas no edital, neste contrato e seus anexos e de outras decorrentes da natureza do credenciamento, a **CREDENCIADA** compromete-se a:

I - Prestar os serviços em conformidade com as disposições deste instrumento e seus anexos, com base nas tabelas de preços e nas instruções gerais adotadas pelo **CREDENCIANTE**, observando, ainda, o disposto nos códigos de ética das categorias profissionais relacionadas aos serviços prestados, no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei n. 8.078, de 11/09/1990, e na Lei n. 14.133/2021, no que couber, juntamente com a Lei Municipal nº 4.296/2019 e suas alterações.

II - Tomar ciência e observar o Regulamento Geral e demais normas complementares do FUNSERVIR/CREDENCIANTE.

III - Consultar periodicamente a tabela praticada pelo FUNSERVIR, suas instruções gerais e as tabelas Taxas e Diárias, disponibilizadas no sítio eletrônico do **CREDENCIANTE**, <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 para acompanhamento das atualizações.

IV - Prestar os serviços aos beneficiários do FUNSERVIR em hospitais, clínicas médicas, clínicas de radiologia, de fisioterapia e terapia ocupacional, de psicologia e fonoaudiologia, laboratórios de análises clínicas e demais serviços afins de profissionais e empresas, mediante a apresentação do docu-

mento de identidade com foto e carteira de identificação física ou digital, após verificada a elegibilidade no sistema automatizado do **CREENCIANTE**.

V - Prestar o imediato atendimento aos beneficiários do FUNSERVIR, nos casos de urgência e emergência, independentemente de autorização no sistema automatizado do **CREENCIANTE**.

VI - Atualizar, junto ao **CREENCIANTE**, as alterações promovidas no ato constitutivo e no perfil tributário da empresa, bem como os documentos exigidos no processo de credenciamento que tenham suas validades expiradas.

VII - Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições pactuadas, sendo obrigatório manter a regularidade fiscal e a capacidade técnica e operativa; podendo o **CREENCIANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação dessas condições.

VIII - Encaminhar, anualmente, declaração de optante pelo simples nacional, caso a **CREENCIADA** seja optante pelo regime, nos termos do anexo IV da Instrução Normativa - IN 1234/2012, até o 5º dia do mês de janeiro, como condição para o pagamento pelos serviços prestados.

IX - Faturar os serviços prestados, única e exclusivamente, por meio do contrato de credenciamento, sendo defeso, durante sua vigência, utilizar-se de qualquer outro meio (intermediários ou associações).

X - Encaminhar as faturas dos serviços prestados ao **CREENCIANTE** para pagamento das despesas, sendo vedada, à **CREENCIADA**, cobrar diretamente do beneficiário, de forma particular, valores relativos aos pacotes, procedimentos, materiais, medicamentos ou outros itens não cobertos ou não autorizados pelo FUNSERVIR, salvo na situação prevista no item 11.7.1 do edital.

XI - Permitir a realização de auditoria do **CREENCIANTE** in loco, para:

- a) identificação do rol de beneficiários do FUNSERVIR em atendimento;
- b) análise, por auditores formalmente indicados pelo **CREENCIANTE**, dos prontuários médicos, bem como de todas as anotações e peças que os compõem, tais como: boletins de anestesia, resultados de exames, laudos, pareceres e relatórios dos profissionais assistentes, prescrições e evoluções;
- c) visita ao paciente com observação crítica de seu estado, correlacionando-o com o prontuário médico e com os demais registros clínicos, para emissão de relatório técnico de visita;
- d) discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário, para o satisfatório desempenho das funções de auditoria.
- e) auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando prontuário médico e relatório de auditoria hospitalar;
- f) auditoria nas clínicas médicas, clínicas de radiologia, de fisioterapia e terapia ocupacional, de psicologia e fonoaudiologia, laboratórios de análises clínicas e demais serviços afins de profissionais e empresas;
- g) elaboração de relatório de auditoria.

XII - Informar, em prazo a ser comunicado pelo **CREENCIANTE**, a relação de beneficiários do FUNSERVIR em regime de internação.

XIII - Fornecer, a qualquer tempo, todas as informações pertinentes aos serviços prestados aos beneficiários, a critério do **CREENCIANTE**.

XIV - Informar a mudança de endereço do local da prestação dos serviços, para fins de realização de vistoria.

XV - Informar a composição e as alterações do seu corpo clínico, quando fechado, observando o envio da documentação exigida.

XVI - Disponibilizar, aos beneficiários do FUNSERVIR, somente profissionais registrados nos respectivos conselhos de classe.

XVII - Solicitar formalmente a inclusão de novas especialidades médicas e de saúde, observando a documentação exigida, exceto quando se tratar de hospitais gerais.



XVIII - Garantir a disponibilidade, nos casos de corpo clínico aberto, de profissionais que atendam em regime de urgência e emergência.

XIX - Finalizar os atendimentos já iniciados, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do **CREDENCIANTE** ou por desistência do beneficiário.

XX - Apresentar esclarecimentos referentes à prestação dos serviços, no prazo definido pelo **CREDENCIANTE**.

XXI - Abster-se de exigir garantia, como cheque, caução ou outro documento, como condição para prestar o atendimento ao beneficiário do FUNSERVIR.

XXII - Abster-se de cobrar por serviços não executados ou executados parcialmente e irregularmente.

XXIII - Abster-se de exigir fornecedor ou marca comercial para a aquisição de OPME's.

XXIV - Abster-se de subcontratar serviços, no todo ou em parte, de profissional que não seja integrante do corpo clínico.

XXV - Indenizar os beneficiários do FUNSERVIR por danos decorrentes de culpa ou dolo de seus profissionais ou prepostos, incluindo-se aqueles que atuem em regime de corpo clínico aberto, após regular procedimento administrativo para apuração, sendo assegurados a ampla defesa e o contraditório.

XXVI - Cumprir todas as obrigações decorrentes da natureza do credenciamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

10.5. Além das demais obrigações previstas neste contrato, no edital e seus anexos, e de outras decorrentes da natureza do credenciamento, o **CREDENCIANTE** compromete-se a:

I - Disponibilizar consulta automática de elegibilidade do beneficiário, por meio de sistema automatizado do **CREDENCIANTE**.

II - Disponibilizar acesso ao sistema automatizado do **CREDENCIANTE** ou outro meio adequado para emissão das autorizações.

III - Disponibilizar informações da rede credenciada aos beneficiários do FUNSERVIR.

IV - Disponibilizar à **CREDENCIADA** as instruções gerais do FUNSERVIR relacionadas à prestação dos serviços, procedendo atualização sempre que necessário.

V - Adotar medidas necessárias à gestão e fiscalização dos contratos de credenciamento.

VI - Notificar a **CREDENCIADA** a respeito de quaisquer irregularidades constatadas que comprometam a regular prestação dos serviços, bem como solicitar a adoção de medidas corretivas.

VII - Realizar o pagamento pelos serviços prestados com base nos valores constantes dos referenciais de preços adotados pelo **CREDENCIANTE**.

VIII - Cumprir todas as obrigações decorrentes da natureza do credenciamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos de credenciamento serão realizados pela Direção de Saúde Suplementar do FUNSERVIR, que será responsável pela fiscalização da execução deste instrumento contratual com o apoio de auditor (es) do quadro próprio indicados através do Decreto nº 11.132/2023 e suas reformulações ou contratado (s), registrando eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias para o seu fiel cumprimento e dos serviços assistenciais da rede de prestadores, considerando os níveis de resolubilidade, segurança, complexidade e conforto para o paciente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A existência e a atuação da fiscalização pelo **CREDENCIANTE** em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CREDENCIADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Durante a execução dos contratos de credenciamento, os gestores de contrato terão competência para registrar as ocorrências que caracterizem descumprimento contratual, e, se cabível, sugerir aplicação das penalidades previstas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos de credenciamento, pelo **CREDENCIANTE**, não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da **CREDENCIADA** pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais, por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

17.1. Os empregados da **CREDENCIADA** não terão vínculo empregatício com o **CREDENCIANTE**, não havendo, portanto, qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias, devidas aos empregados da **CREDENCIADA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Eventual inadimplemento, pela **CREDENCIADA**, dos encargos previstos no caput desta cláusula, não transfere ao **CREDENCIANTE** a responsabilidade pelo pagamento e nem poderá onerar o objeto do credenciamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FATURAMENTO, GLOSAS E DO PAGAMENTO**

18.1. A **CREDENCIADA** deverá apresentar os documentos de cobrança sempre que houver prestação de serviços previstos neste contrato de credenciamento, nas datas estipuladas pelo **FUNSERVIR/CREDENCIANTE**, em calendário a ser divulgado anualmente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As faturas, bem como os demais documentos que devem acompanhá-las, deverão ser entregues preferencialmente por meio digital via Portal do Prestador ou na sede do **FUNSERVIR**, localizado na Rua 200, 500 – Centro – Balneário Camboriú – SC.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CREDENCIADA** deverá apresentar os documentos de cobrança referentes aos serviços concluídos, em período definido pelo **FUNSERVIR** e divulgado no sítio eletrônico, bem como indicar o banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deva ser efetuado, além do endereço eletrônico para recebimento dos dados do faturamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso o faturamento tenha por base serviços que deixaram de ser cobrados na época devida, os valores a serem faturados serão os vigentes na data do atendimento.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Deverão ser refaturados, com os valores vigentes na época do primeiro faturamento, os valores dos serviços que tenham sido glosados em virtude do encaminhamento do documento de cobrança sem a observância das formalidades previstas neste Edital.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Por ocasião de cada pagamento, o **FUNSERVIR** exigirá da **CREDENCIADA** os seguintes documentos (PF pessoa física – PJ pessoa jurídica):

- a) **PJ** - Certidão de Regularidade do FGTS- CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) **PJ e PF** - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretária da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) **PJ** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO



PREFEITURA  
**BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

d) **PJ e PF** - prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CREDENCIADA**;

e) Sobre o valor devido ao **CREDENCIADO PESSOA JURÍDICA**, o **CREDENCIANTE** efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN conforme LC 116/2003 e legislação específica de cada município.

f) Sobre o valor devido ao **CREDENCIADO PESSOA FÍSICA**, o **CREDENCIANTE** efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), conforme Lei 7.713/1988, contribuição previdenciária para a Seguridade Social – INSS, conforme IN RFB 971/2009, e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme LC 116/2003 e legislação específica de cada município.

g) Caberá ao **CREDENCIADO**, se julgando dispensado do recolhimento de algum dos tributos citados nos itens e) e f), comprovar e informar o diploma legal da alegada isenção.

h) Caberá ao **CREDENCIADO PESSOA FÍSICA** a apresentação da guia do ISSQN e o seu respectivo comprovante de pagamento (mensal, trimestral ou anual), conforme legislação municipal do seu estabelecimento/domicílio tributário (não sendo aceito comprovante de agendamento), para fins de não retenção na fonte do imposto.

i) Caberá ao **CREDENCIADO PESSOA FÍSICA** apresentar declaração referente à contribuição para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), para fins de não retenção na fonte da contribuição, conforme art. 64 da IN 971/2009 da SRFB.

j) Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

k) O **CREDENCIADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, deverá indicar essa condição no documento fiscal, que será aferida em consulta ao Portal do Simples Nacional.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da entrega da nota fiscal e os documentos elencados no **PARÁGRAFO QUINTO**, mediante crédito em conta bancária da **CREDENCIADA**, produzindo o depósito os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, CNPJ nº 14.674.100/0001-08, Rua 200, 500 – Centro – CEP 88330-648 – Balneário Camboriú - SC.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As notas fiscais e o arquivo XML deverão ser emitidos obedecendo ao critério da data de atendimento, não sendo permitida a inclusão de atendimentos realizados em anos distintos em uma mesma nota fiscal.

**PARÁGRAFO NONO** - A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no edital, na nota de empenho, neste Contrato de Credenciamento ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CREDENCIADA** e, nesse caso, o prazo previsto no **PARÁGRAFO SEXTO**, será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR  
PÚBLICO



PREFEITURA  
**BALNEÁRIO  
CAMBORIÚ**

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Os dados das despesas realizadas serão encaminhados em meio eletrônico e/ou físico pela **CREDENCIADA**, de acordo com as especificações definidas pelo FUNSERVIR e apresentados os comprovantes respectivos para fins de validação e pagamento das contas faturadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A **CREDENCIADA**, após a prestação dos serviços, terá até 90 (noventa) dias para apresentar as faturas, contados da data do atendimento ao beneficiário e/ou do dia de alta do paciente, no caso de internação. Fora desse prazo, somente com prévia justificativa escrita e com autorização do FUNSERVIR.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A cobrança dos serviços prestados será feita pela **CREDENCIADA**, cujo faturamento deverá ser executado no padrão TISS (Troca de Informações em Saúde Suplementar), em arquivo XML (eXtensible Markup Language), com até 100 (cem) guias de atendimento de SADT - Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico e CONSULTAS por fatura ou até 25 (vinte e cinco) guias de atendimento de INTERNAÇÕES por fatura.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Será utilizada a versão 3.03.XX ou versão determinada pelo FUNSERVIR para o arquivo XML, a ser encaminhado pelo Portal Prestadores (<https://prestador.funservir.com.br>).

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A **CREDENCIADA** deverá encaminhar, em meio físico ou digital, para efeito de auditoria, a relação discriminada das diárias, dos medicamentos empregados, dos exames realizados e do material utilizado, prescrições médicas, guias com carimbo do médico e assinatura do beneficiário, bem como a cópia da autorização do **CREDENCIANTE**, quando houver.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Os prontuários dos pacientes, bem como todas as anotações e peças que os compõem, tais como: boletins de anestesia, resultados de exames, laudos, pareceres e relatórios de enfermagem poderão ser consultados por auditores formalmente indicados pelo **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Os documentos supracitados poderão ser solicitados pela **CREDENCIANTE**, nos casos admitidos pelo Código de Ética Médica, para fins de auditoria - ou por determinação judicial.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Os dados dos beneficiários encaminhados pelo FUNSERVIR e os resultantes da execução dos serviços terão caráter confidencial, para uso exclusivo conforme os fins previstos neste Edital.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - O FUNSERVIR não aceitará, em nenhum momento, a ausência de informações nos campos obrigatórios dos arquivos a serem enviados pela **CREDENCIADA**. A obrigatoriedade de campos será especificada na definição do layout dos arquivos, informado pelo FUNSERVIR.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Poderá o FUNSERVIR, após efetuar análise dos documentos de cobrança apresentados para pagamento, questionar os valores cobrados, deduzindo o valor destas da própria fatura ou, no caso de pagamento integral, a **CREDENCIADA** deverá devolver o valor apurado. Em qualquer caso, a **CREDENCIANTE** apontará as divergências justificadas nas faturas encaminhadas à **CREDENCIADA**.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - Não se considerará, para pagamento, no todo ou em parte, as faturas que não cumprirem as formalidades estipuladas neste Edital.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Nenhum pagamento será efetuado à **CREDENCIADA** enquanto pendente de cumprimento qualquer requisito formal exigido no Edital, na nota de empenho ou no Contrato de Credenciamento. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - Em caso de glosas, a **CREDENCIANTE** fica obrigada a realizar a reclamação por escrito, com as devidas justificativas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da emissão da nota fiscal.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** - Será aplicada glosa total nos procedimentos realizados sem autorização prévia da **CREDENCIANTE**, quando estes assim exigirem.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** - Para a apuração e conciliação por parte da **CREDENCIADA** fica estipulado um prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da reclamação para contestar os valores glosados, por meio da apresentação de recurso escrito contendo os seguintes dados:

- a) número do protocolo de entrega de guia;
- b) matrícula do beneficiário;
- c) nome do beneficiário;
- d) data do atendimento;
- e) discriminação do(s) item(ns) glosado(s);
- f) valor do(s) item(ns) glosado(s);
- g) fundamentação para revisão da glosa.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO** - Se devida a glosa, a **CREDENCIADA** terá o prazo de até 10 (dez) dias contados da data da conciliação para realizar o pagamento em conta corrente.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO** - A **CREDENCIADA** acompanhará os pagamentos efetuados, bem como as glosas porventura realizadas, por meio do Portal do FUNSERVIR na internet.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO** - A documentação probatória da prestação dos serviços será recebida pelo Departamento de Faturamento do FUNSERVIR, que procederá à auditoria, análise e conferência de acordo com o rol de cobertura, as orientações e os referenciais de preços estabelecidos no Contrato de Credenciamento.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO** - A contestação parcial da prestação dos serviços, devidamente ressalvada em forma de glosa, não impede o recebimento e o pagamento dos demais serviços, sem prejuízo de a **CREDENCIADA**, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, recorrer da decisão.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO** - O recebimento da documentação probatória da prestação dos serviços, não exclui as responsabilidades civil e penal da **CREDENCIADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**19.1.** As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta da Unidade Gestora: 8 - Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR - Unidade Orçamentária: 28002 - FUNSERVIR - SAÚDE COMPLEMENTAR - Ação: 2.166 -

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR  
PÚBLICO



PREFEITURA  
**BALNEÁRIO  
CAMBORIÚ**

Manutenção das Atividades do Programa de Saúde do Servidor - Despesa 399 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas - Fonte de recurso: 100627 - Recursos Diretos - FUNSERVIR.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO**

20.1. Na hipótese de a **CREDENCIADA** receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento dos valores e atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, "*pro rata temporis*", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos devidos à **CREDENCIADA**, devendo o **CREDENCIANTE** notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à **CREDENCIADA** manifestar-se sobre a quantia indevida apurada pelo **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso o IPCA não possa mais ser utilizado, a atualização dos valores será com base no Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

21.1. Os valores constantes dos referenciais de preços adotados pelo FUNSERVIR, poderão ser majorados, obedecendo a periodicidade mínima de 1 (um) ano, contada a partir da última atualização de preço, ocorrida durante a vigência contratual, e observando como limite máximo de 100% sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para o período correspondente a data base adotada pelo **CREDENCIANTE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

22.1. A **CREDENCIADA** tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato de credenciamento, procedendo-se à sua revisão, a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente a execução do objeto do credenciamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CREDENCIADA**, quando for o caso, deverá formular ao **CREDENCIANTE** requerimento para a revisão do contrato de credenciamento, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente a execução do objeto do credenciamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão das obrigações pactuadas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O requerimento do pedido deve vir acompanhado das planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão das obrigações pactuadas, com a comprovação da repercussão do aumento dos preços nos valores do objeto do credenciamento.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O **CREDENCIANTE**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato de credenciamento.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Independentemente de solicitação, o **CREDENCIANTE** poderá convocar a **CREDENCIADA** para negociar redução dos preços, mantendo-se o mesmo objeto pactuado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta de credenciamento, em virtude da diminuição dos preços no mercado, amplamente reconhecida.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As alterações decorrentes da revisão do contrato de credenciamento serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no portal do **CREDENCIANTE** <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 e <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**23.1.** A suspensão temporária da prestação dos serviços poderá ser requerida pela **CREDENCIADA**, desde que solicitada formalmente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, da qual constarão o motivo do pedido, a indicação do período e, se for o caso, dos serviços que serão suspensos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pedido será apreciado pelo **CREDENCIANTE**, que se manifestará até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em hipótese alguma, poderá haver suspensão da prestação dos serviços, sem prévia anuência do **CREDENCIANTE**, sob pena de aplicação de penalidade, por descumprimento contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** O **CREDENCIANTE** poderá suspender temporariamente a prestação dos serviços, na hipótese de irregularidade na execução do contrato, até decisão final exarada em processo administrativo específico, observados o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO DESCREDENCIAMENTO**

**24.1.** A **CREDENCIADA** poderá solicitar o descredenciamento, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, nos termos do inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de encerramento das atividades da **CREDENCIADA**, o lapso temporal constante no item anterior poderá ser afastado, mediante declaração expressa da **CREDENCIADA** acerca da inexistência de beneficiários em atendimento e ou tratamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de descredenciamento, a pedido da **CREDENCIADA**, o prazo para interrupção dos serviços prestados não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da anuência do **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O descredenciamento deverá ocorrer sem prejuízo dos tratamentos em curso aos beneficiários do FUNSERVIR.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A **CREDENCIADA** deverá informar ao **CREDENCIANTE** acerca dos beneficiários do FUNSERVIR que estejam em regime de internação, em tratamento ambulatorial continuado, e em terapias com indicação da data de início do atendimento e previsão de término, se houver.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na situação prevista no parágrafo anterior, o **CREDENCIANTE** deverá informar as providências a serem adotadas pela **CREDENCIADA**, em relação aos beneficiários, após a data do descredenciamento.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Eventuais atendimentos prestados a partir da data de descredenciamento não serão pagos, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo quarto.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O descredenciamento não eximirá a **CREDENCIADA** das garantias assumidas em relação aos serviços prestados e demais responsabilidades legais.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A **CREDENCIADA** não poderá se beneficiar do descredenciamento, nos termos do inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021, caso esteja em curso procedimento administrativo para apuração de irregularidade contratual, até a decisão final exarada em processo administrativo específico.

**PARÁGRAFO NONO** - O **CREDENCIANTE** poderá, a qualquer tempo, avaliar as vantagens da continuidade do contrato de credenciamento, podendo solicitar o descredenciamento, com base no inciso II do art. 138 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O descredenciamento poderá ser também:

- I - Determinado por ato unilateral e escrito do **CREDENCIANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
- II - Determinado por decisão judicial.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Os casos de descredenciamento serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo do credenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de descredenciamento por ato unilateral do **CREDENCIANTE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**25.1.** As penalidades administrativas serão aplicadas nos termos do artigo 156 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CREDENCIADA** ficará sujeita pela inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar/contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos.
- IV - e inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que da infração provierem para o **CREDENCIANTE**.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO



**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A penalidade de advertência somente tem cabimento durante a vigência do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A penalidade de multa poderá ser aplicada quando:

ITEM	INFRAÇÃO	PENALIDADE
1	Exigir garantias (cheque, promissórias, caução) para o atendimento aos beneficiários do FUNSERVIR, salvo quando estes não apresentarem identificação de beneficiários.	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao beneficiário.
2	Cobrar diretamente do beneficiário do FUNSERVIR valores referentes aos serviços prestados, seja a título integral ou a título de complementação de pagamento, salvo na situação prevista neste Edital.	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao beneficiário.
3	Cobrar, de forma abusiva, insumos (materiais/medicamentos/taxas/terapias) incompatíveis com os procedimentos realizados ou com custo excessivo, havendo, comprovadamente, alternativas mais viáveis economicamente, conforme avaliação técnica do CREDENCIANTE.	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao FUNSERVIR e ao beneficiário.
4	Cobrar por serviços não executados ou executados irregularmente (de forma inadequada).	multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular, sem prejuízo da restituição ao FUNSERVIR e ao beneficiário.
5	Apresentar, de forma reiterada, faturas para pagamento fora do prazo contratual, conforme previsto no item - PRAZOS.	multa de 2% (dois por cento) do valor total da fatura apresentada.
6	Agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao CREDENCIANTE ou aos beneficiários do FUNSERVIR.	Advertência, multa de 10% (dez por cento) do valor cobrado de forma irregular e descredenciamento.
7	Não manter informado o CREDENCIANTE sobre alteração (ões) do quadro de profissional (ais) do CREDENCIADO.	Advertência

I - Caso não seja efetuado o recolhimento do valor da multa em favor do CREDENCIANTE, esta poderá ser descontada dos créditos devidos à CREDENCIADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, será aplicada nas seguintes condutas:

- I – Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao CREDENCIANTE;
- II – Dar causa à inexecução total do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, será aplicada nas seguintes infrações:



I – Apresentar declaração ou documentação falsa para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II – Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

V – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013, no que couber.

**PARÁGRAFO NONO** – As sanções de impedimento e de inidoneidade para contratar admitem a reabilitação da **CREDENCIADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I – Reparação integral do dano causado ao **CREDENCIANTE**;

II – Pagamento da multa;

III – Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A aplicação das penalidades administrativas dependerá de expedição de notificação à **CREDENCIADA** e abertura de prazo para apresentação de defesa prévia, bem como abertura de vista dos autos à **CREDENCIADA** pela unidade gestora do credenciamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O prazo para apresentação de defesa prévia ou recurso pela **CREDENCIADA** será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento das notificações.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Dependendo da infração cometida, o **CREDENCIANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto no art. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – As apurações relacionadas às infrações contratuais serão conduzidas em processo administrativo específico, com decisões formalmente motivadas, sendo assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa, reservado ao **CREDENCIANTE** o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços no transcurso do procedimento administrativo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A decisão pela aplicação de penalidade à **CREDENCIADA** será formalmente motivada, sendo observados os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

26.1. A contar da data de recebimento da intimação do **CREDENCIANTE** acerca da intenção de aplicar penalidade, a **CREDENCIADA** poderá apresentar defesa prévia, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, ao Diretor de Saúde Suplementar, que decidirá.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Com a intimação, serão encaminhadas cópias dos documentos que ensejaram o procedimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR  
PÚBLICO



PREFEITURA  
**BALNEÁRIO  
CAMBORIÚ**

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Da decisão proferida caberá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, recurso ao Diretor de Saúde Suplementar, que o apreciará em instância única.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A não manifestação da **CREDENCIADA** nos prazos estabelecidos neste edital importará aceitação das glosas ou penalidades aplicadas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

27.1. O presente credenciamento vigorará por 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O prazo de vigência do credenciamento em exercícios subsequentes ao primeiro ano de vigência do contrato ficará condicionado à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para fazer face às despesas dele decorrentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As despesas que excederem o valor de empenho serão atendidas com recursos próprios do Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES**

28.1. O presente instrumento poderá ser alterado, em conformidade com o art. 124 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1. Os interessados poderão solicitar credenciamento, a qualquer tempo, durante o período de vigência do Edital, devendo obedecer aos requisitos previstos no Edital e em seus anexos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os contratos de credenciamento regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Eventual alteração no edital será publicada no sítio eletrônico do **CREDENCIANTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Será também encaminhado ofício-circular à rede credenciada, para que atendam aos requisitos deste instrumento para que passe a integrar os contratos de credenciamento vigentes.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O edital de credenciamento e seus anexos poderão ser suspensos ou revogados, a qualquer tempo pelo **CREDENCIANTE**, por ato justificado da autoridade competente, sem que disso resulte, para qualquer interessado, direito a ressarcimento ou indenização.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Serão admitidas a fusão, cisão, incorporação ou alteração social da **CREDENCIADA**, devendo esta comunicar, previamente, por escrito ao **CREDENCIANTE**, que poderá manter o credenciamento, desde que a(s) instituição(ões) resultante(s) preencha(m) os mesmos requisitos de habilitação e mantenham o objeto contratado.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os casos omissos serão resolvidos na forma do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNSERVIR – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR  
PÚBLICO



PREFEITURA  
**BALNEÁRIO  
CAMBORIÚ**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA DIVULGAÇÃO**

**30.1.** Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei 14.133/21 e no seu sítio eletrônico: <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 e <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A consulta ao Edital e seus anexos poderá ser realizada por meio do sítio eletrônico: <https://www.funservir.com.br> > Serviços > Credenciamento > Credenciamento 001/2024 e <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**31.1.** Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixado o foro da Comarca de Balneário Camboriú - SC, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/21.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Balneário Camboriú - SC, 28 de março de 2025.

**PML SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

CNPJ 30.130.788.0001-11

Por

**PATRÍCIA MAFRA LAZZARI**

CPF 068.978.349-39

**CREDENCIADO**

**LEANDRO ARTHUR RODRIGUES DA  
SILVA**

Secretário Municipal da Casa Civil

Portaria nº 32.154/2025

Decreto nº 12.114/2025

**ARY EUCLIDES DE SOUZA FILHO**

Secretário de Gestão de Pessoas

**CREDENCIANTE**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 18E0-7B5A-0CA9-6E98

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LEANDRO ARTHUR RODRIGUES DA SILVA (CPF 065.XXX.XXX-12) em 28/03/2025 19:13:53  
GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PML SERVICOS MEDICOS LTDA (CNPJ 30.130.788/0001-11) em 31/03/2025 13:59:05 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ARY SOUZA FILHO (CPF 665.XXX.XXX-68) em 02/04/2025 16:15:01 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/18E0-7B5A-0CA9-6E98>